



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 046

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 046

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	03
Requerimentos	04
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	09
Dep. Elio Rusch	09
Dep. José Maria Ferreira.....	10
Dep. Plauto Miró Guimarães	11
Dep. Caíto Quintana	11
Horário das Lideranças:	
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	12
Dep. Elio Rusch	12
Liderança da Oposição	
Dep. José Domingos Scarpellini	14
Liderança do Governo	
Dep. Dobrandino da Silva	15
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	17
Discussão / Votação:	
Redação Final	17
3ª Discussão	18
2ª Discussão	18
1ª Discussão	36
Requerimentos	37
Encerramento da Sessão	38

DIÁRIO Nº 047

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	39
Presenças.....	39
Abertura da Sessão	39
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	41
3ª Discussão	-
2ª Discussão	-
1ª Discussão	-
Requerimentos	-
Encerramento da Sessão	41

DIÁRIO Nº 046

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: André Vargas, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (10); e em viagem representativa o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 009/06

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri indica ao Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, a realização de parcerias com os municípios para ceder veículos apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, a serem utilizados pelos conselheiros tutelares dos municípios, no exercício de suas atividades.

O Detran do Paraná poderá firmar, ainda, parcerias com o Governo Federal para ampliar o alcance de tal medida.

Sala das Sessões, em 10.05.2006.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo é oportunizar aos municípios que tenham melhor estrutura a ser utilizada pelos conselhos tutelares na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

É inegável que a adoção de tal medida deve respeitar o direito constitucional de propriedade daqueles que tiveram seus veículos apreendidos.

É possível, ainda, a realização de parcerias com órgãos do Governo Federal e outros órgãos do Governo Estadual.

INDICAÇÃO Nº 010/06

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para que o TCE oriente as Prefeituras Municipais a firmarem convênios com os motoristas de táxis para o transporte de funcionários públicos em deslocamento ao invés de alugarem veículos, justificando a economia de recursos e a rapidez do transporte, sem contar que o dinheiro ficará no próprio município. Este exemplo de valorização e economia já está sendo praticado e dando resultados positivos no município de Foz do Iguaçu, onde a Prefeitura Municipal celebrou convênio com os taxistas e os mesmos estão prestando serviços aos órgãos do município.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O reconhecimento destes profissionais do volante e a busca da ampliação do campo de trabalho para esta dedicada categoria, é necessária para ampliar a geração de rendas dos taxistas e conseqüentemente melhorias à condição de vida dos mesmo e de suas famílias.

INDICAÇÃO Nº 011/06

Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel

Dr. Rubens Ghilardi

O Deputado Augustinho Zucchi vem respeitosa-mente à presença de V. Exa. para expor e reivindicar:

I - a implantação imediata de energia elétrica para beneficiar mais de 150 famílias do assentamento Anjo da Guarda, situado na comunidade de Morro Alto, município de Mangueirinha.

II - o assentamento Anjo da Guarda já possui seus lotes medidos e distribuídos igualitariamente entre os assentados, que há mais de oito anos estão produzindo e aguardam pela titulação dos lotes pelo Governo do Estado, para adquirirem legalidade de acesso ao crédito rural e outros incentivos necessários à produção.

Todos sabemos que a energia elétrica é uma necessidade básica para o homem do campo que necessita diversificar sua produção como a pecuária leiteira, apicultura, avicultura, criação de pequenos animais e o pro-

cesso de agroindustrialização da matéria-prima, entre outros.

Diante do exposto, solicitamos urgentes providências por parte de V. Exa. para acesso desses pequenos produtores à energia elétrica que sem dúvida, irá viabilizar a propriedade e melhorar a qualidade de vida de nossas agricultores.

Sala das Sessões, em 10.05.2006.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 193/06, Mensagem nº 31/06 de autoria do Poder Executivo, que trata da autorização do controle acionário da UEG.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, com base no Regimento Interno em seu artigo 179, parágrafo 5º, a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 166/06, item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão do dia 10 de maio do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, seja adiada a votação do Projeto de Lei nº 166/06, Mensagem Governamental nº 027/06, item 08.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja adiada a votação da emenda da CCJ ao Projeto de Lei nº 166/06, Mensagem Governamental nº 027/06, item 08.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente:

Requeiro ao Plenário, seja aprovado, na forma regimental, a destinação do horário do Grande Expediente da Sessão do dia 17 de maio de 2006, para a projeção de um vídeo e o pronunciamento do Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Sr. Sabino Brasil Nunes de Campos, em comemoração aos cinquenta anos de extensão rural oficial no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1117

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve PEDE à egrégia Assembléia, todo apoio institucional e também autorização para utilização do saguão do Centro Legislativo Anibal Khury, para que seja realizado o lançamento do livro paranista, de autoria do professor Velocino Fernandes, **O Paraná é Assim**, no dia 24 de maio, às 16 horas, como também coquetel para cem pessoas.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 1127-A

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 11 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Ses-

são de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário aposentado deste Poder, Renato Mário Miguel.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, faleceu o servidor aposentado do Poder Legislativo, Renato Mário Miguel, com 59 anos de idade.

Filho de Alberto Miguel e Marta Angélica Miguel. Deixou viúva a Sra. Dolores Dias Lopes Miguel. Deixou os filhos: Simone Lopes Miguel Fragallo e Sandro Lopes Miguel e duas netas.

O passamento de Renato Mário Miguel veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

Renato, além de funcionário trabalhador e dedicado era amigo leal.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos e familiares de Renato Mário Miguel, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Miguel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emerentino Pacca, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egildo Lopes, aos 70 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izabel Maria da Conceição Silva, aos 76 anos de idade, no município de Almirante Tamandaré.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Vieira de Cristo Costa, aos 53 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vilma Cordeiro Napoleão, aos 74 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zildo da Cruz, aos 63 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ivancheski, aos 74 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos

desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Catharina Thomaz, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao município de Maringá, pelo aniversário de 59 anos, comemorado nesta data.

Requer ainda, envio de cópia ao Prefeito Municipal de Maringá, Exmo. Sr. Sílvio Magalhães Barros, no endereço: Av. XV de Novembro, 701 - Centro - CEP: 87.013.230 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do 39º aniversário do município de Santa Helena, em 26 de maio deste.

O município de Santa Helena comemora sua emancipação política, social e econômica.

Ao longo desses anos o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando em consideração o crescimento econômico da região.

As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na economia.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Santa Helena por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Giovanni Maffini, ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Armando Eduardo Prata, assim como ao Vice-Prefeito, Vereadores e aos demais funcionários da Prefeitura na Rua Paraguai, 1401 - Caixa Postal nº 03

e na Câmara Municipal na Av. Paraná, 1400 - Centro - Caixa Postal nº 81 - Santa Helena-PR - CEP: 85.892-000. Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimental, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Curitiba, Exmo. Sr. Beto Richa, enviando ao mesmo votos de congratulações em razão da inauguração da unidade de Saúde Mãe Curitibana.

A nova unidade é um centro especializado no atendimento à mulher e à criança, oferecendo consultas e exames de última geração, como a ecografia 3D. Funcionário mais de trinta consultórios, Programas de Orientação ao Aleitamento materno (Proama) e espaço para a criança brincar enquanto aguarda a consulta. O atendimento iniciará em 15 de maio, das 7 às 19 horas.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Sociedade Rural de Pato Branco, CTG's Carreteando a Saudade e Tarca Nativista, ao Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos e à Prefeitura Municipal de Pato Branco, em nome do Prefeito Roberto Viganó, parabenizando pelo brilhante organização e realização do 4º Rodeio Crioulo Integração Cidade de Pato Branco, realizado no período de 5 a 7 de maio do corrente, no Parque de Exposições daquele município.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Sociedade Rural de Pato Branco, Sr. Andrei Gomes de Almeida; ao Presidente do CTG Carreteando a Saudade, Sr. Paulo Tonial; ao Presidente do CTG Tarca Nativista, Sr. Plínio Denardi; Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos, Sr. Caetano João Serbaro e ao Prefeito Municipal de Pato Branco, Sr. Roberto Viganó.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizado no período de 5 a 7 de maio no Parque de Exposições de Pato Branco o 4º Rodeio Crioulo Integração Cidade de Pato Branco, promovido pela Sociedade Rural de Pato Branco, os CTG's Carreteando a Saudade e Tarca Nativista, Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos com o apoio das Prefeitura Municipal de Pato Branco.

O 4º Rodeio Crioulo Integração Cidade de Pato Branco vem se firmando como um dos maiores eventos

tradicionalistas do sul do Brasil, fortalecendo o elo folclórico e a cultura tradicionalista, além de difundir o potencial do município de Pato Branco e região. O evento que reuniu aproximadamente 40 mil pessoas propiciou à população da região e visitantes um turismo festivo além das fronteiras, com diversas atrações como provas campeiras, músicas, shows, gastronomia típica num clima de confraternização e amizade.

Além de difundir as manifestações culturais de tradição gaúcha e impulsionar o turismo da região sudoeste além das fronteiras, o mega evento, que teve o apoio da Prefeitura Municipal de Pato Branco, gerou oportunidades à população e visitantes, fortalecendo o município e região.

E é por este motivo, que nesta data a Assembléia Legislativa do Paraná por proposição deste Deputado, congratula-se com a administração municipal, bem como com toda a população patobranquense, pela realização desse importante evento que muito orgulha a todos nós paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações ao munícipes de São Mateus do Sul e aos seus municípios pela excelente pontuação no Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social (IRFGS), criado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), figurando como o segundo município melhor colocado no Paraná, e que seja ainda expedido ofício com o teor dessas congratulações.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

A Confederação Nacional dos Municípios realizou uma pesquisa tendo como base os índices de responsabilidade fiscal, de gestão e social. O IRFGS foi medido por meio de uma pesquisa em 4.287 cidades no Brasil. Só no Paraná foram avaliadas 357 cidades. Além do equilíbrio fiscal outros nove pontos envolvendo a gestão pública e a atenção dada ao social foram considerados.

Dois municípios paranaenses apareceram entre os cem melhores colocados. Entre eles figura o município de São Mateus do Sul que ocupa a posição de 73º município de país e o segundo no Estado. O índice alcançado por São Mateus do Sul foi de 0,590.

Razão que demonstra o espírito do município que consegue equilibrar suas contas sem com isso gerar erros na gestão e ao mesmo passo dando atenção devida ao social.

Por isso sobram razões para elevarmos nosso votos de congratulações à Administração de São Mateus do Sul e aos seus cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Exmo. Sr. Sílvio Magalhães Barros II, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Exmo. Sr. João Alves Correa, enviando aos mesmo votos de congratulações pela comemoração aos 59 anos do município de Maringá.

Maringá foi fundada no dia 10 de maio de 1947, como Distrito de Mandaguari, e foi elevada à categoria de município dois anos depois.

Nessas quase seis décadas de existência a cidade cresceu, prosperou e está mudando o seu perfil econômico. De uma região agrícola, Maringá se tornou uma cidade com economia diversificada.

Segundo dados da pesquisa Retrato Maringá 2006, promovida pela RPC e pela Gazeta do Povo, a maioria da população exerce atividades ligadas ao setor terciário, que inclui o comércio, serviços, educação, saúde, setor financeiro, entre outros.

O Prefeito de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II, afirma: “Maringá é uma cidade pólo prestadora de serviços de toda a região”.

A Região Metropolitana de Maringá é importante pólo de atração de investimentos no Norte do Paraná e hoje Maringá comemora seus 59 anos de idade, pujante, com sua gente boa e trabalhadora.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Walbach Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Água do Cateto, na estrada que dá acesso ao Assentamento Nossa Senhora Aparecida, no distrito de São Luiz.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Mariluz, Sr. José Aparecido de Macedo (Mariluz-PR, CEP: 87470-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudinei Pereira Leal (Câmara Municipal, CEP: 87.470-000), e o Vereador José Roberto de Souza (Câmara Municipal, CEP: 87.470-000).

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi

Augusto, encaminhando o e-mail da professora Rosemeire Gomes do Colégio Estadual Profª Maria Gomes Bizerra e solicitando providências em relação ao exposto.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando o e-mail da professora Rosemeire Gomes do Colégio Estadual Profª Maria Gomes Bizerra e solicitando providências em relação ao exposto.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1122

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, a fim de informar quanto à comemoração promovida sob o título Festa do Trabalhador, realizada na Vila Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, no último dia 1º de maio, conforme segue:

- Quem promoveu o evento?

- Houve parceria, patrocínio ou qualquer tipo de colaboração de entes da administração pública, direta ou indireta?

- Qual o valor gasto para realização do evento?

Quem pagou?

- Discriminar os valores e respectivos responsáveis.

- Em que consistiu a parceria, a colaboração ou o patrocínio, caso não tenha sido efetivada em espécie? declinar os responsáveis.

- Como foi contabilizado e registrado nos livros apropriados?

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, LUIZ CARLOS MARTINS E BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Dr. Altair Piseti, pedido de informações como segue:

a) se o Estado do Paraná através da administração direta, indireta, Autarquia, ou Empresa Pública ou de Economia Mista (Sanepar, Copel, Porto de Paranaguá/Antonina-APPA, BRDE e outras), mantém algum tipo de contrato com a empresa responsável pelo jornal e pro-

grama de televisão denominado “Hora H”, assim como com a empresa “3ª Via da Comunicação Ltda”.

b) se a(s) agência(s) responsável (eis) pela divulgação de material do Estado do Paraná e das entidades relacionadas no item “a” repassa(m) valores para o jornal ou programa de televisão “Hora H” e a empresa “3ª Via da Comunicação Ltda”;

c) em caso afirmativo para os itens “a” e “b”, requer-se que sejam enviados os contratos assim como a discriminação dos valores repassados, mês a mês e a partir de 1º de janeiro de 2003 e até esta data.

Sala das Sessões, em 10.05.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Reni Pereira, Chico Noroeste, Ailton Araújo, Elio Rusch e Barbosa Neto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Barbosa Neto, pelo tempo de cinco minutos.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Contra fatos não há argumentos; contra propaganda oficial decantada em prosa e verso; contra a mídia comprada; os colonistas que recebem do Governo do Estado, nós trazemos a verdade. Mostram jornais sérios deste país, como o Estado de São Paulo; como o jornal O Globo; que colocam o estado do Paraná como o pior. Vou repetir: o pior Estado da Federação em termos de crescimento industrial no último trimestre.

Enquanto o Brasil cresce a 4,6% alavancado pela tendência mundial de crescimento da maior parte das economias mundiais, o Estado do Paraná amarga a “rabeira”, a “ponta” com um decréscimo na sua economia industrial na ordem de 5,5%.

Não adianta o Governo alardear, mentir com a propaganda oficial. Este é o número real. Isto significa queda nas oportunidades de emprego, na geração de novos postos de trabalho. Este é o ponto nevrálgico da questão. Não venha com debates, com qualquer outro tipo de mentira. A realidade nua e crua é esta. O Paraná é o pior estado brasileiro no crescimento industrial, isto no levantamento feito no último trimestre pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Será este o ponto que deverá ser discutido nas eleições deste ano. Muito se reclamou do ex-Governador Jaime Lerner que teve todos os problemas porque era um Governador neoliberal. mas, na questão da geração de empregos o Paraná estava nas primeiras posições.

Hoje, enquanto o Pará tem um crescimento de 12,6%; São Paulo cresce a 4,7%; o Rio de Janeiro a

5,1%; o nosso Estado tem uma economia na área industrial decrescente, negativa no valor de 5,5%.

Na nossa região, em Londrina, não tivemos uma única pequena ou média ou grande empresa instalada. A única grande empresa que tivemos notícia que se instalou no Paraná foi em Campo Largo, para 1.200 empregos. Sendo que no Governo passado - e eu fui um dos maiores críticos desse governo e muito prejudicado por ele - tenho aqui a isenção de dizer que toda semana tinha notícia de novas indústrias se instalando no Estado do Paraná.

E, hoje, infelizmente, isto não acontece. Todas essas manobras tergiversionistas que vemos do Governo que gosta de falar, mas não gosta de debater, não estabelece o contraditório. Mas, isso vai ser feito na campanha e terá candidatos que terão que se sentar à mesa para debater o futuro do nosso Estado.

E esse ponto vai ser central nessa questão. Aí, vai ser a hora de ser desmascarado aquele que mente despu-doradamente. Contra fatos não há argumentos! Com uma geração industrial negativa como temos no nosso Estado, não podemos sustentar nenhuma economia. Pode fazer qualquer tipo de benevolência para a população mais humilde! O que o povo quer é emprego, é cidadania, o que significa melhores oportunidades para melhorar a qualidade de vida e isso o Governo do Estado não sabe fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Manifestação das Galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria de agradecer a presença de todos nossos visitantes, mas o Regimento Interno é claro: não podemos admitir manifestação nas galerias. Pediríamos que as pessoas pudessem assistir à Sessão sem manifestação. Gostaríamos de ter essa compreensão!

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na mesma esteira do Deputado Barbosa Neto e até havíamos conversado há pouco com alguns deputados que iriam falar hoje na tribuna, sobre a produção industrial do Estado do Paraná. Deputado Barbosa, é o 9º mês consecutivo que o Paraná cresce para baixo! Cresce para baixo na questão industrial.

Talvez alguns Parlamentares digam não, mas o responsável pelo decréscimo industrial no Estado do Paraná está relacionado à crise que vivemos no Brasil, na agricultura. Pois bem, como é que vamos explicar, então, o crescimento de outros estados como o Pará. Ceará e outros que também são agrícolas?

O que sentimos no momento é que não há nenhum grande investimento na questão industrial no nosso

Estado. Não há nenhum grande investimento para geração de rendas ou mesmo para geração de empregos. Ora, estou fazendo um estudo e espero que até a próxima semana possa ter concluído, em relação ao crescimento da receita tributária do Estado do Paraná, comparando 93, 94, 95, 96, nos últimos doze anos de quais as conseqüências que fizeram com que o Estado do Paraná tivesse um incremento na receita do ICMS.

Pois bem! O Deputado Barbosa Neto já relatou, mas não poderia deixar em branco. Acho que não temos mais investimentos nas indústrias, em razão dos rompimentos unilaterais que acontecem no Estado do Paraná. Ora, há crise na agricultura? Há. Sem sombra de dúvidas. O agronegócio é responsável pela desaceleração? É. Mas e os outros investimentos?

Já disse aqui na tribuna e gostaria de lembrar mais uma vez, que só no Oeste do Paraná produzimos, o Oeste do Paraná mata por dia um milhão e trezentos mil frangos e a grande maioria disso surgiu nos anos do Governo passado. E por que isso?

Porque houve incentivos, houve o respeito por parte do Governo à iniciativa privada, o que não existe hoje. O rompimento do contrato com a UEG-Araucária, o rompimento dos contratos com a Sanepar, o rompimento e a intransigência do Governo em relação aos transgênicos no Porto de Paranaguá. E assim poderíamos citar outros tantos contratos que foram rompidos.

Mas, outro assunto que gostaria de abordar no dia de hoje, quando o Governador do Paraná esteve no Oeste do Estado, aliás, o meu tempo já está expirando e eu vou deixar para falar sobre esse assunto no Horário das Lideranças. Só gostaria de me aprofundar ainda sobre a questão da produção no nosso Estado. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que o Paraná, no último trimestre, ocupe a última posição das catorze regiões pesquisadas. No mês de março, também, última posição das catorze regiões pesquisadas. Isto tem que ficar registrado, tem que ser dito à sociedade. Quando houve o crescimento, Deputado Augustinho Zucchi, nos primeiros meses do Governo Roberto Requião e no primeiro ano, foi a conseqüência do fortalecimento da agricultura, isso era conseqüência da industrialização do Estado do Paraná. O Governo do Estado - Roberto Requião, usou esse crescimento industrial do nosso Estado como se isso fosse uma obra dele. Agora, a queda na produção industrial, o Governador vai atribuir à agricultura? Ao agronegócio?

Ora, se o crescimento foi atribuído ao Governo Roberto Requião, então vamos atribuir a ele também, Deputado José Maria Ferreira, a queda do setor industrial do nosso Estado. Uso as palavras do próprio Governo, 2003 e 2004.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Usou a tribuna, antes deste Deputado, o Deputado Barbosa Neto, um Deputado combativo, frequentemente na tribuna colocando as suas idéias, fazendo as suas críticas, e reclamou do diálogo, da discussão e do debate. Ora, o debate quando é estabelecido no plano da discussão das idéias e da propositura, pode ter certeza que sempre encontra parceiro. Quando a colocação é crítica, tem objetivo rasteiro, evidentemente que não temos nem por quê responder, pois não qualifica resposta.

Por essa razão, Deputado Elio Rusch, meu dileto amigo, venho a esta tribuna para dizer que é verdade que a economia do Paraná tem, sim, sofrido um percalço no seu crescimento mas, agora vamos analisar as razões: um terço do PIB é formado pelo agronegócio.

Começamos do segmento da soja e do complexo da soja e vamos parar na madeira e no complexo da madeira, atingindo aí parcela da geração de energia. E todos esses setores foram afetados por cotação de preços, câmbio e pela própria produção. No ano de 2003, a safra 2002/2003, o Paraná colheu próximo de trinta milhões de toneladas. Para no ano agrícola seguinte cair para 28, 22.

Isto não foi obra do Governo. Tivemos secas e a região de V. Exa. foi uma das regiões atingidas - no Sudoeste do Estado; na região da Deputada Luciana Rafagnin, 53 municípios entraram em situação de calamidade pública. Independente do Governo, independente das ações e da política de governo com relação ao estímulo da agricultura.

Se olharmos o crescimento que ocorreu e uso o exemplo da V. Exa. -, Deputado Elio Rusch, da produção na região em que V. Exa. é representante, que o abate é de um milhão e trezentos mil frangos por dia, este foi um dos setores em que o Governo do Estado investiu pesadamente. E se olharmos os investimentos feitos no sistema cooperativista, que nos últimos três anos só de financiamento de órgãos governamentais do Paraná foi um bilhão de reais, olha a curva do crescimento das exportações de frango dos últimos três anos que o senhor vai verificar e qualquer um pode constatar que o crescimento está ali, triplicando, em alguns casos, o índice de exportação.

Então, o Governo Roberto Requião tem estimulado, tem investido. Entretanto, as adversidades de câmbio, da febre aftosa, as adversidades da gripe aviária que não tem no nosso Estado, como também não tem a febre aftosa, atingiu e isto...

(O Sr. Presidente concede mais um minuto para o orador concluir seu pronunciamento)

...agora, não podemos atribuir a uma política de governo, uma política de incentivos. Se a nossa economia ainda está no nível que está é graças à política tributária

de desoneração que adotou o Governador Roberto Requião. Uma política inteligente, sem ferir a Receita do Estado, porque ela cresce, mesmo colocando incentivos à micro e pequena empresa.

Agora, se fizermos uma relação com o Pará, como V. Exa. usou como exemplo, é muito simples - o Pará hoje é fronteira de expansão. Pergunta por que o Presidente desta Casa hoje faz investimentos no Pará? Por que muitos paranaenses hoje investem no Pará? Porque o Pará hoje é fronteira de investimento e não dá para comparar o Estado praticamente consolidado na fronteira agrícola como é o Paraná com o Estado do Pará ou do Tocantins ou há bem pouco tempo o Mato Grosso ou o Mato Grosso do Sul.

Então, esta relação não serve. Ela está, com todo o respeito, capenga pelos argumentos que apresenta. O Paraná tem, sim, dificuldades, mas elas são sazonais, são fruto do nosso clima, do câmbio, e da política de mercado de outros países.

Vamos enfrentar no próximo ano de 2007/2008, uma grande dificuldade no setor têxtil no Estado do Paraná. Está escrito. Por quê? Porque vence em janeiro de 2008 o acordo com a China. A China vai poder colocar manufaturados do vestuário a preços lá embaixo, como aconteceu em 98 e não tem o que fazer. Vai atribuir ao governo de 2008 a responsabilidade pela crise do vestuário? Não. É conjuntura econômica, é conjuntura de mercado, é conjuntura mundial.

Esses os esclarecimentos. Pena que cinco minutos é pouco tempo, Sr. Presidente, e eu lhe agradeço pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Venho à tribuna nesta tarde, para deixar registrado o que acontece na cidade de Ponta Grossa. Estamos vendo a empresa Sanepar e o Governo do Estado gastarem milhões de reais nos meios de comunicação daquela cidade e daquela região para divulgar uma ação de investimento que a Sanepar está fazendo na cidade de Ponta Grossa na área de esgoto sanitário.

Quero lembrar a todos e repito, deixar registrado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que o município de Ponta Grossa, em conjunto com a Câmara Municipal, aprovou a renovação do contrato da Sanepar por mais vinte anos. Para termos uma idéia, em vinte anos de exploração a Sanepar no município de Ponta Grossa vai ter um lucro, Sr. Presidente, perto de 2 bilhões de reais. E agora, estamos vendo o Governo do Estado, em conjunto com a Sanepar, fazer divulgação na mídia

dizendo que está investindo em saneamento básico na cidade de Ponta Grossa, muito menos de 5% daquilo que a Sanepar vai ter como lucro naquele município com a renovação do contrato que a Prefeitura e a Câmara autorizaram fazer por mais vinte anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as eleições estão aí. O Governador está investindo milhões de reais na área de publicidade, tentando de uma forma ou de outra envolver o eleitor paranaense, pensando nas eleições agora do mês de outubro. Alguma coisa está errada. Veja, se o Governo tem um contrato de 2 bilhões de reais, que ele vai ter de lucro, está investindo menos de 5% deste valor e está fazendo uma divulgação como se estivesse resolvendo o problema de esgoto na cidade de Ponta Grossa.

Deputado Valdir Rossoni, a cidade de Ponta Grossa tem atendimento de esgoto sanitário em menos de 50% das habitações daquele município e precisa de muito investimento para poder, no mínimo, ficar na casa de 90% de coleta de esgoto.

Sr. Governador, aqui quero deixar registrado - chega de enganar a população do Paraná. O senhor investe nos meios de comunicação o nosso dinheiro, o dinheiro público, pensando só nas eleições.

Aqui queria deixar registrado. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Caíto Quintana com a palavra, no Pequeno Expediente.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, apenas para comentar também rapidamente, em cinco minutos, duas colocações feitas por Deputados aqui neste Plenário.

Não consigo entender o pronunciamento do nosso companheiro Plauto Miró Guimarães. Gostaria de conhecer mais claramente este seu pensamento para poder entender se o Deputado está contra o investimento que a Sanepar está fazendo no município de Ponta Grossa, porque a Sanepar ter a concessão do serviço de água e esgoto de Ponta Grossa não está começando agora. Há muitos e muitos anos Ponta Grossa tem uma concessão feita para a Sanepar. V. Exa. diz que Ponta Grossa tem 50% de esgoto tratado.

Ora, prezado Deputado, há muitos anos, inclusive recentemente por oito anos do Governo que V. Exa. representou nesta Casa e defendeu com tanta força, parece-me que não houve a preocupação de ampliar essa rede de coleta de esgoto naquele município.

Portanto, se o Governo está hoje investindo em Ponta Grossa para poder fazer um aumento considerável na coleta de resíduos é porque o Governo tem interesse, sim, de aplicar naquela cidade, talvez o recurso que o seu Governo anterior não aplicou.

Segundo lugar: essa concessão da Sanepar, renovada, é uma prática de todos os municípios e uma negociação que se faz para que haja uma ampliação de sistema, porque o investimento feito em Ponta Grossa é muito maior do que esse que está sendo anunciado agora. Se tivesse que romper esse contrato, Ponta Grossa teria que fazer devoluções à Sanepar de todo sistema lá instalado.

Portanto, fico um tanto confuso quando vejo pronunciamento como esse, de ouvir colocações no sentido de crítica, quando na verdade a empresa pública que é importante, que é um orgulho para o Paraná, renova um contrato e nessa renovação de contrato amplia essa rede de água e esgoto para que a cidade de Ponta Grossa, merecidamente, possa atingir os índices que são propostos pelo sistema internacional para considerar completa essa coleta. Então, não consigo entender isso, gostaria até de ter uma explicação mais convincente para saber se o Deputado está contra esse investimento que está sendo feito no município de Ponta Grossa.

Deputado Plauto, não posso ceder o aparte porque estou falando no Pequeno Expediente, senão com o maior prazer.

Por outro lado, o Deputado Barbosa Neto fala sobre o emprego industrial que houve diminuição no Paraná. Ora, emprego industrial tem muito a ver e o Deputado José Maria Ferreira foi muito feliz na sua colocação feita aqui desse tribuna.

O emprego industrial não significa totalidade do emprego. Estou encaminhando, inclusive, nesta Casa, Sr. Presidente, um requerimento para que possamos fazer uma Sessão Especial para discutir e homenagear a Agência do Trabalhador do Estado do Paraná, que no ano de 2005, conseguiu encaminhar e empregar, de carteira assinada, 12.500 trabalhadores. porque a geração de emprego, no nosso Estado, está se dando de forma acelerada, com todas as crises que atravessamos, o emprego no interior, nos municípios do interior, na contratação de pessoas em pequenos comércios, na contratação de pessoas em novos investimentos, as tarifas reduzidas e de incentivo para a implantação de pequenas indústrias estão surtindo efeito, a redução da carga tributária, no Estado do Paraná, tem gerado emprego. Então, não podemos confundir geração de emprego com crescimento industrial, são coisas distintas que podemos discutir, com profundidade, em qualquer outro instante, num período que possa se permitir apertes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, concedo a palavra à Deputado Elza Correia.

(Declina).

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Elio Rusch, no horário do PFL.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, cedo alguns minutos do meu tempo ao Deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o Deputado Caíto Quintana estava no Pequeno Expediente e não pôde nos dar o aparte, em momento algum eu disse que os acontecimentos em saneamento não foram bons. Eu só deixei claro que o Estado ganhou uma concessão de um bilhão de reais e está investindo menos de 5% deste valor em saneamento básico naquele município. E critiquei a publicidade que o Governador Roberto Requião está fazendo em cima de investimentos que estão sendo feitos em Ponta Grossa. Por que ele já não fez esses investimentos três anos e meio atrás? Só agora, em cima de eleições? E por que a Câmara Municipal de Ponta Grossa e a Prefeitura Municipal deram mais vinte anos de contrato para a Sanepar, sem cobrar nada? São dois bilhões de reais de lucro que a Sanepar vai ter nesses vinte anos de exploração!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda para discorrermos sobre o assunto que abordamos no Pequeno Expediente, em relação à queda da indústria no Estado do Paraná, em relação ao pior índice do nosso país.

Apenas gostaria de apresentar aos Srs. Parlamentares, que fique registrado. No ano de 2003, 2004, primeiro ano do Governo Requião, primeiro ano do Governo Lula, cantava-se e pousava-se para a imprensa em relação ao crescimento industrial do Estado do Paraná, como se isso, naquela época, fosse consequência da política adotada no primeiro ano do Governo Roberto Requião e, também, do Governo Lula. No primeiro ano.

Hoje, temos um crescimento negativo. Por que a queda no crescimento industrial? Mas, isto não valeu em 2003, 2004, quando o crescimento foi favorável, daí sim, graças à política do Governo Roberto Requião. Hoje, temos uma crise na agricultura, Deputado Valdir Rossoni, aí, sim, deve-se à crise na agricultura e do agronegócio no Brasil!

Então, que isso fique claro. Fique constatado, vamos trazer a esta Casa também, as maiores empresas que contribuem com o ICMS.

Quais são as maiores empresas? Quando elas foram instaladas no nosso Estado?

Vamos trazer isso, Deputado José Maria Ferreira, vamos ver quais são as empresas, tanto públicas como privadas. A relação já está comigo, a Secretaria da Fazenda já nos forneceu as cinquenta maiores empresas de recolhimento de ICMS. Quando elas chegaram? Em que época vieram? Por que vieram?

É exatamente em relação a essa infra-estrutura que o Estado precisa colocar à disposição dos empresários, Deputado Ademar Traiano, que temos que nos preocupar. Não me canso de dizer, quem gera o desenvolvimento não é o governo. Quando falo em governo, falo Municipal, Estadual e Federal. Quem gera o desenvolvimento é a iniciativa privada, são as empresas e todos nós sabemos disso. O Governo tem que ser o parceiro dessas empresas; tem que fazer de tudo para que elas primeiro venham para o Brasil, as estrangeiras. Depois, os governos da nossa Nação têm que procurar que elas fiquem nos seus estados e, depois os municípios têm que atrair os investimentos para os seus municípios. Aí teremos geração de renda, emprego, geração de impostos e tributos. Mas, nada acontece por acaso, Srs. Deputados.

Precisamos de infra-estrutura. O que é infra-estrutura para que as indústrias, as empresas possam se estabelecer numa região ou numa Estado? Energia elétrica, telecomunicação, rodovias, ferrovias, aeroportos, tudo isso os governos têm que colocar à disposição para que as empresas possam se estabelecer.

Aí vem o assunto, Deputado José Maria Ferreira, aquele assunto que eu queria abordar no Pequeno Expediente, o Oeste do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, Deputado Dobrandino, Líder do Governo na Assembléia legislativa, e que é do Oeste. O Oeste do Paraná tem algumas bandeiras, entre elas o ramal da Ferroeste até Foz do Iguaçu, até Guaíra, não só para atender Guaíra e Foz do Iguaçu, pelo contrário, favorecer ao Paraná, através do Porto de Paranaguá buscar os produtos de outros países, de outras regiões para que possam usar o nosso porto para escoar, ou mesmo para importar os produtos necessários para essas regiões.

Além desses dois ramais da Ferroeste, é um sonho antigo de toda a região Oeste a construção do Aeroporto Regional na cidade de Cascavel. É uma luta da Casiopar, da Amop, da Camop, enfim de todas as entidades daquela região. E isso vem de muito tempo, é muito antigo. E o Governador Roberto Requião não aceita isso de forma alguma. Ele entende que um aeroporto em Cascavel não se faz necessário para atender dois, três empresários. Ora, não é verdadeiro isso. Atende uma região toda. Precisamos do Aeroporto Regional na cidade de Cascavel.

Mas o que queria dizer, é que o Governador, na última quinta-feira na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, - é isso que a imprensa diz: foi indagado sobre o aeroporto, porque tem um placa colocada no aeroporto em Cascavel, um outdoor subscrito por 21 entidades. E o que é que está escrito naquela outdoor? “O Oeste precisa de um aeroporto, mais conforto e segurança para você, mais negócios, desenvolvimento para a região”. Assinaram 21 entidades esta placa que está na cidade de Cascavel. E em relação a esta placa que alguém perguntou para o Governador. E olha, o que o Governador disse: “De novo com essa palhaçada? Não estou sabendo de protesto nenhum. Você não tem o que fazer? Vai trabalhar rapaz!”

A afirmação aconteceu durante a abertura da festa lá em Santa Terezinha de Itaipu, evento que marcou a abertura dos festejos do 24º aniversário de Emancipação Política de Santa Terezinha de Itaipu.

Ora, Srs. Deputados, este é o Governador que temos no nosso Estado; quando 21 entidades se reúnem e solicitam um aeroporto regional para o desenvolvimento da região Oeste e o Governador pergunta “de novo com essa palhaçada”? A região que mais produz, uma região rica e respeitada.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

V. Exa. aborda um tema importantíssimo. Até não é surpresa para nós esse comportamento do Governador. Já aconteceu isso em todas as regiões do Estado. E quero afirmar a sua declaração, porque estive na noite de sexta-feira em Santa Terezinha, não na abertura, porque no momento em que estive lá, em respeito ao Deputado Dobrandino e ao Governador, que com certeza autoridades muito mais importantes que o Deputado Traiano, acabei não ficando na abertura mas passei o dia de sexta-feira na cidade de Santa Terezinha de Itaipu e ali na região. E os comentários eram esses da manifestação do Governador Roberto Requião e da indiferença que ele demonstra com relação ao Oeste do Paraná.

Portanto, quero parabenizá-lo e confirmar essas declarações porque estive no local e ouvi da população essa indignação com relação ao seu pronunciamento na noite de quinta-feira na cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. já esgotou o seu tempo. Pediria que concluísse.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Peço desculpas ao Deputado José Maria e ao Deputado Dobrandino aos quais eu cederia aparte com o maior prazer. Apenas para concluir.

Esse é o respeito que o Governador Roberto Requião tem com a Prefeitura de Cascavel, com a Prefeitura de Toledo que subscrevem, com a Associação Comercial de Cascavel, com a Caciopar, que representa cinquenta Associações Comerciais e toda as entidades que subscrevem essa placa. É lamentável como o Governador respeitou os agricultores na cidade de Santo Antônio do Sudoeste quando os chamou de burros. E agora ele chama os oestinos de palhaços. Os do Sudoeste são burros, e os do Oeste são palhaços. Essa é a consideração do Governador Roberto Requião para o homem do campo e o homem do interior.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao PT. PSDB. PMDB.
(Declinam)

Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança da Oposição: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem apresentamos um requerimento que foi aprovado nesta Casa, convocando o Secretário dos Transportes, Dr. Rogério Tissot; o Presidente da Ferroeste, Martins Roeder e o Diretor Financeiro Jurídico Administrativo - ele acumula três diretorias - Dr. Samuel Gomes dos Santos, para que convocados pela Assembléia compareçam aqui na terça-feira para dar algumas explicações. A verdade que quem deve explicações ao Paraná, quem deve explicações ao Governo, porque é empregado dele, é o funcionário da Ferroeste, o Dr. Samuel Gomes dos Santos, que foi indicado para essa Diretoria pelo PT e logo no ano seguinte abandonou a sigla, filiando-se ao PMDB. Ao PMDB comandado pelo grupo político de Doático Santos e outros próceres do Partido que domina o Governo do Paraná. É evidente que o PMDB não é responsável pelas atitudes insanas do Diretor e nem certamente o Governo do Paraná o é, até que se chegue ao conhecimento de quem governa para as providências cabíveis.

(Lê):

“Requião confiou a Samuel dos Santos, advogado, a tarefa jurídica de retirar do consórcio Ferropar o direito adquirido em leilão público realizado no governo anterior, de explorar o transporte pelas linhas da Ferroeste, em razão de que aquela empresa não vinha cumprindo as metas de transportes e se encontrava, como se encontra até hoje, inadimplente com o pagamento das prestações devidas pela subconcessão.

Das trinta ações ajuizadas contra a Ferroeste, ela perdeu 29 na Justiça. Só ganhou aquela que reconhece o seu direito de pedir a falência da Ferropar, processo ajuizado há poucos meses e que deverá demorar anos para a sua conclusão. Isto é, na atual gestão, a Ferroeste não conseguirá retirar da Ferroeste o transporte ferroviário, configurando-se uma derrota para o governo.

O diretor mente descaradamente para o Governador sobre a real situação da retomada do controle do transporte pelos trilhos da Ferroeste. Na exposição que fez durante a Escola de Governo levada a efeito no dia 14 de março último, 90% do que disse não correspondem à realidade.

Costuma agir individualmente, não respeitando os demais diretores da Ferroeste, nem o próprio Presidente Martin Roeder, seu superior hierárquico. Toma decisões ao arrepio do colegiado, se auto-determina em suas ações e não presta satisfação do que faz. Além disso, procura diminuir em suas ações e não presta satisfação do que faz. Além disso, procura diminuir, sempre que a oportunidade se oferece, o trabalho dos companheiros de direto-

ria. Costuma fazer fuxico junto ao Governador sobre os colegas.

É temido pelos funcionários da Ferroeste pela grosseria, falando sempre em altos brados, xingando, desrespeitando as pessoas, gritando pelos corredores. Ofendeu moralmente a mais antiga funcionária da Ferroeste, uma senhora chamada Clarice, levando-a às lágrimas. Também agrediu verbalmente a recepcionista Sandra, que é paraplégica. Abusa do veículo que o serve, deixando o motorista seguidamente sem almoço, jantar à sua espera, além de exigir que o profissional o sirva nas suas saídas noturnas.

Note-se que todos os funcionários - todos - da Ferroeste são do tempo em que se deu início à construção da ferrovia, no começo da década de 90. O Presidente Martin Roeder era o Diretor-Técnico à época, conhecendo cada metro de trilho assentado no trecho. Apenas esse Diretor é neófito. (O Deputado Ademar Traiano foi Diretor-Administrativo e financeiro da Ferroeste no primeiro Governo Lerner).

Pediu e conseguiu que um usuário da Ferroeste colocasse seu avião particular à disposição dele para levá-lo de Curitiba a Cascavel e na volta, precisando ir a Santa Catarina, conseguiu que o mesmo empresário lhe cedesse um automóvel, com motorista. Abuso de poder.

Tem fácil acesso à Agência Estadual de Notícias e à Rádio e Televisão Educativa, plantando notícias e dando entrevistas com frequência, via de regra equivocadas e mentirosas.

Tem fluência verbal, se expressa bem, é envolvente, sabe agradar e ser simpático quando quer ou lhe interessa. Mas, ao mesmo tempo, é destemperado, truculento, perturba-se com facilidade, agride verbalmente as pessoas. Perfil, quem sabe, para ser analisado pelo psiquiatra Eduardo Requião.

Aproximou-se de entidades ligadas ao ferroviário, com a Associação dos Engenheiros da antiga Rede, Sindicato dos Maquinistas, Associação dos Empregados da ex-RFFSA, além do Sindicato dos Engenheiros, Instituto de Engenharia do Paraná, Crea, com a intenção de formar uma tal frente de defesa da Ferroeste, incluindo aí o ex-Governador Emílio Gomes, que se deu conta de estar sendo usado para fins espúrios.

Já teve sua inscrição na OAB suspensa temporariamente. Foi denunciado de pegar dinheiro de clientes para pagamento de custa, não o fazendo. Sabe-se que a OAB está de olho nele novamente. Tem vários títulos protestados, alguns em fase de execução.

É *persona non grata* na Agência Nacional de Transportes Terrestres por ter se comportado de maneira mal-educada e anti-ética com o diretor jurídico da Agência.

Costuma ir a Brasília pretensamente a serviço da Ferroeste, mas com acompanhante, com quem passa o fim de semana por lá, segundo denúncia publicada na Folha de Londrina.

Pode ser encontrado ao lado do Governador, onde o governador esteja. Ou seja, trata-se do velho, conhecido e desprezível “papagaio-de-pirata”, para não dizer simplesmente, um tremendo “puxa-saco”.

O fato de ter entrado em luta corporal com o Diretor-Técnico Leopoldo Campos não surpreende por causa da maneira com que o Diretor se comporta. Cansado de ser ofendido e na iminência de ser agredido, reagiu e dominou o agressor, que deu queixa na polícia desvirtuando o acontecido.

E, finalmente, a cusparada no rosto do Presidente Martin Roeder, que é sexagenário, ultrapassou todos os limites suportáveis, ainda mais quando no exercício de uma missão pública”.

É um verdadeiro horror, Sr. Presidente e Srs. Deputados; ele ia derrubar da cadeira a paraplégica. Ele abusa de todos. O motorista que o serve fica sem almoço horas e horas e não pode nem descer do carro. À noite, quando é hora de jantar, o motorista fica muitas vezes até a chegada da madrugada, o cantar da sabiá em Curitiba, para poder ir para casa, à disposição desse Diretor.

É um verdadeiro horror o que esse homem vem fazendo em nome do Governo Roberto Requião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem, e responde a vários processos, e já respondeu. Costuma ir a Brasília pretensamente a serviço da Ferroeste, mas sempre com boas acompanhantes, com quem passa o fim de semana por lá com diárias e passagens gordas da Ferroeste, segundo denúncia publicada pelo jornal Folha de Londrina.

Meus senhores, esse homem que estou me referindo, Dr. Samuel Gomes dos Santos, Diretor da Ferroeste, recentemente ofendeu o Diretor-Presidente da Ferroeste, cuspiando no seu rosto, que é uma das ofensas mais graves que se pode ter notícia, é cuspir no rosto de alguém. Ele cuspiu como se o rosto de um Diretor-Presidente da Ferroeste, um sexagenário, fosse uma escaradeira.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu vejo V. Exa. fazer a defesa de uma pessoa que foi cuspidado na cara. Eu acho que se cuspiasse na minha cara, na sua, de qualquer Deputado aqui, Deputada, Governador ou do Presidente da República, se fosse na minha cara, fosse o Presidente da República, podia ser, até Jesus Cristo quando bateram no seu rosto ele deu a segunda face, quando bateram na segunda ele expulsou os vendilhões a chicotada. Eu não respeitaria o Presidente da República, dava um soco na cara, derrubava, ia vingar o Brasil inteiro, mas sendo homem, não sendo frouxo. Eu, um cara desses eu jamais iria na tribuna acusar que fui escacarrado na cara. O Brasil inteiro saberia que eu tinha batido na cara de quem fez isso. E eu sei que V. Exa. tem a mesma personalidade que a minha.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu fico imaginando, é que a pessoa que sofreu essa agressão é uma sexagenário. Agradeço seu aparte. Realmente foi uma coisa muito humilhante, uma agressão dessa natureza. Eles terminaram em uma luta corporal dentro da Ferroeste. Isso tudo terminou na delegacia de polícia.

É um fato lamentável! Um homem que representa o Governo do Paraná, representa o PMDB lá dentro da Ferroeste tenha esse comportamento.

Apresentei o requerimento, foi aprovado. E terça-feira vamos ter essa “fera” que gosta de cuspir no rosto dos outros, aqui.

Queremos passar a limpo essa situação e explicar tudo aqui. O Secretário dos Transportes, o Diretor-Presidente e esse agressor têm que explicar, porque ele está acostumado a bater em aleijado, em ancião. Tem que explicar ao povo do Paraná.

Sábado estive numa casa de carnes aqui em Curitiba e vi uma picanha sendo preparada para o Senador Osmar Dias. Fiquei muito feliz! Olhei para aquelas picanhas e falei: “essa é a picanha que o futuro Governador do Paraná vai comer.” Mal sabia eu que o Governador Roberto Requião estava lá. E, sem querer, terminei torcendo pelo Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto a Liderança do Governo; com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna apenas para fazer algumas considerações, até em respeito às pessoas que estão na tribuna de honra desta Casa. Dar uma resposta aos pronunciamentos dos Deputados: Barbosa Neto, Elio Rusch, com relação às críticas ao Governo.

Isso é democracia! Eles podem falar o que quiserem, mas temos que rebater aquilo que não é verdade.

Ouvia o Deputado Barbosa dizer que o Governo não tem investimento que possa gerar emprego no Paraná, a dificuldade que passa o Estado. Em parte concordo, o Governo poderia investir muito mais na geração de emprego, mas não esqueça, Deputado Barbosa, que o Governo está investindo na recuperação do Estado, em investimentos importantes.

V. Exa. já parou para pensar, Deputado Barbosa, Deputado Elio, quanto este Governo tem investido na recuperação da malha viária do Estado? Ou elas não são necessárias? Como é que iríamos escoar a safra, a produção do Paraná com as estradas que este Governo herdou do Governo passado?

Mais de quatro mil quilômetros de estradas intransitáveis!

Qualquer Governo responsável, como é o caso deste, tem que investir recuperando a malha viária, senão teríamos que transportar de avião a produção agrícola de grande parte do Paraná. Então, esses investimentos poderiam até ir para outras áreas para gerar emprego, mas esses também geram emprego. tenho certeza. Deputado Barbosa, que V. Exa. vai concordar que eles são necessários e são grandiosos investimentos que o Governo está fazendo, coisa que não fizeram no passado. O Governo faz um esforço enorme em favor do Paraná.

Deputado Elio Rusch, meu amigo, Deputado da minha região, tenho prazer em estar na Assembléia junto com V. Exa., um grande Deputado, ao qual tenho um respeito enorme, é um lutador pelo Paraná, traz questões importantes brigando por elas, mas quero me referir quando V. Exa. fala que a Ferroeste teria que estar em Foz do Iguaçu e que teríamos que ter brigado por isso, pois está até Guaíra.

Eu pergunto a V. Exa.: quem levou a Ferroeste até Cascavel, Deputado Elio Rusch? Foi o Governo de Roberto Requião?

Chegou a Cascavel no final do Governo Mário Pereira e o seu sucessor foi Jaime Lerner. Nos oito anos de mandato, o ex-Governador não fez nem sequer o pátio da Ferroeste, que ficou estagnada. Quer dizer, não teve nenhum interesse pelo Oeste do Paraná.

V. Exa. fala no seu pronunciamento que o Governo não está se interessando pela região Oeste. Não é verdade isso também. Quero dar um exemplo de uma obra importante da região de Cascavel, que é a estrada que liga Cascavel-Toledo. Uma obra importantíssima que deu uma ajuda àquela região e que, também, não foi feita no Governo passado.

Quero deixar no ar, Deputado Elio, não precisa nem me responder: cite uma obra importante do Governo passado na nossa região. Claro que não tem como citar, porque não existe. Então, este Governo não discrimina região nenhuma.

Quando ao aeroporto de Cascavel, também participei de reuniões das entidades de classe na região (entidades respeitadíssimas), V. Exa. citou aqui a Cacipar, a Associação Comercial, Prefeitura, Câmara de Vereadores. Agora é uma questão de ponto de vista, não quer dizer que o Governo queira desrespeitar ou não queira ajudar aquela região. Acho que tudo tem o seu tempo. Ele está recuperando obras importantes, está fazendo obras importantes, daqui a pouco pode vir e imagino que virá, porque este Governo, com certeza, será reeleito e no ano que vem poderá, se iniciarmos discussão, terminar o aeroporto de Cascavel, e eu também concordo com isso.

Agora, não é que o Governo não queira fazer, imagino que ele ache que tem obras mais importantes, neste momento, para receber recursos do Governo e este aero-

porto pode esperar um pouco mais. Não quer dizer que não seja importante.

Então, tem que desfazer essa idéia. As pessoas que estão aqui precisam levar este pensamento: o Governo está ajudando, sim, à região Oeste do Paraná, e muito. Eu vejo na minha região muitas obras importantes.

Existem obras que foram investidas no ano passado, desculpe, vou ter que falar, que são alguns “elefantes brancos” na minha região! É o caso do Fórum das Américas em Foz do Iguaçu; é o caso do chamado Portal de Entrada, que é um “elefante branco” porque foi dinheiro jogado fora. Agora, obras importantes do Governo passado, não vejo uma. Este governo está fazendo. Deputado Elio, sei que na sua região há obras importantes, restauradas pelo Governo, está se fazendo. Agora, o Brasil está em dificuldade; a agricultura também. Mas, é em função da política nacional imagino, da taxa cambial que está, na verdade, colocando em dificuldade os nossos produtores, sejam agrícolas, na agropecuária, as indústrias que exportam não tendo condições em função da defasagem cambial, mas não é culpa do governo nem deste nem de nenhum Estado brasileiro.

Quero apenas dizer ao nobre Deputado Elio Rusch que o Governo não tem nada contra a região Oeste. Muito pelo contrário. Está fazendo um esforço muito grande para atender. Mas, aquilo que falava, o Governo pegou na verdade, com déficit de recuperação de estrada muito grande. Foram pedagiadas as principais e abandonada a grande maioria que é mais de 4.000 quilômetros de estrada e está recebendo a atenção e os investimentos deste governo.

Então, queria rebater isso, dizer com todo o respeito aos Deputados, que esta é uma Casa democrática, aonde todos podem expor o seu ponto de vista. Democracia é isso mesmo, os Deputados da Oposição estão no seu direito, ainda mais que este é um ano de eleição, de fazer este tipo de acusações, mas temos a obrigação de defender aquilo que é verdadeiro, aquilo que não concordamos. Não concordo com as denúncias feitas de que o governo está abandonando o Oeste. Não é verdade.

Em Santa Terezinha do Itaipu, por exemplo, estive na abertura da festa aonde o Deputado Reni Pereira também estava, o Governador fez seu pronunciamento e foi muito aplaudido pela população; muito bem recebido em Santa Terezinha do Itaipu.

Se houve essa resposta do governo ao jornalista, o Governador Requião é um homem determinado, prático, objetivo, as perguntas que ele acha que não devem ser feitas, ele responde da forma como ele quer. Posso até não concordar, mas respeito a sua opinião. Não fiquei sabendo, vi agora no jornal uma coisa que o jornal escreveu. Não vi essa resposta do governo, só sei que Santa Terezinha de Itaipu o está aplaudindo, e muito, pelo aporte de recursos que está levando àquela cidade.

Concedo-lhe, Deputado Elio, democraticamente o aparte.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Agradeço ao Deputado Dobrandino e não podia esperar outra coisa de V. Exa. se não ceder um aparte à nossa pessoa.

Deputado Dobrandino, para eu relatar tudo o que foi feito no governo passado levaria muito tempo. Mas, vamos citar algumas coisas:

Salto Caxias foi construída onde? No Oeste. A ligação asfáltica ligando Boa Vista a Quedas do Iguaçu? Oeste. A ligação asfáltica de Boa Vista com Janiópolis? Oeste. O presídio industrial? Em Cascavel. A Casa Custódio-Presídio? Em Foz do Iguaçu. As escolas que há vinte anos não tinham reforma. Em todos os municípios foram restauradas no Governo Jaime Lerner. Os investimentos na Unioeste, a industrialização, a Lar, a Cevale, a Copavel, a ampliação da Copacol. Os incentivos do governo passado geraram milhares e milhares de empregos na cidade e renda no interior. O canal da desova que, aliás, o Presidente da Itaipu fez um relato enorme sobre o canal da desova dos peixes na Barragem de Itaipu. Foi construído 100% pelo governo passado. É uma grande obra.

São inúmeras obras, agradeço a V. Exa, mas na semana que vem vou ocupar essa tribuna e citar algumas obras que foram feitas. Assim como não estou dizendo que o Requião não fez nada no Oeste. Não desqualifiquei a obra de Toledo e Cascavel que foi construída pelo governo passado, faltam sete quilômetros e que o Requião fez, mas quem fez a obra foi o governo passado. O atual governo está fazendo a duplicação de Cascavel? Está fazendo, mas grande parte com recursos do Governo Federal, que ele estadualizou a BR Federal e usou os recursos não para recuperar, mas sim, para duplicar a rodovia. Isso tem que ser dito para a sociedade do Oeste e assim temos “n” outras obras que podemos citar em outra oportunidade.

Muito obrigado, Deputado Dobrandino e li trecho do jornal “O Paraná”, de Cascavel. Pergunto a V. Exa. se o senhor dá credibilidade ao jornal do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Dobrandino, já passaram dos minutos do seu tempo e gostaria que V. Exa. concluísse.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Concluirei, Sr. Presidente.

Quero agradecer o aparte ao Deputado Elio Rusch, mas dizer que pelo menos eu não posso comparar o governo passado com este governo. Desculpem-me, mas tenho que falar dessa forma! O que fez o governo passado, se esse governo estivesse continuado, imagino que já estaria preso.

Então, quero agradecer e pedir desculpas pela franqueza, mas acho que precisávamos de um debate mais amplo para esclarecer e colocar a opinião pública infor-

mada deste e do governo passado.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 010/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Tribunal de Contas do Paraná e às Prefeituras Municipais a contratarem táxis ao invés de alugarem veículos para o transporte de funcionários públicos em deslocamento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 009/06, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, sugerindo ao Detran do Paraná a criação de programa de parceria com os municípios para ceder veículos apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, a serem utilizados pelos conselhos tutelares dos municípios no exercício de suas atividades. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 011/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, propondo à Copel, implementação de energia elétrica no assentamento Anjo da Guarda, situado na Comunidade de Morro Alto no município de Manguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1127-A, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão ordinária do dia 11 de maio (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Portanto, após esta, teremos mais uma Sessão.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 043/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/06, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao muni-

cípio de Conselheiro Mairinck, do imóvel conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 043/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao município de Conselheiro Mairinck, do imóvel constituído por partes dos lotes nºs 01, 02 e 06, do quarteirão nº 09, nesse município, conforme especificações constantes da matrícula nº 3.809, Livro nº 02, do Ofício de Registro e Imóveis da Comarca de Ibaiti.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Conselheiro Mairinck exclusivamente para implantação de projetos para o desenvolvimento econômico do município, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 175/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Organização Rosa e Amigos, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 025/06, de 04/04/06).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/04, de autoria do Deputado Reni Pereira, que introduz alteração na Lei nº 13.976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/06, que dispõe sobre o ajuste e conversão de fontes de recursos no valor

de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em discussão a emenda.

Em votação. **Aprovada.**

Emenda de Plenário. Em discussão.

Em votação. **Aprovada.**

Está em discussão o projeto.

Em votação. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Solidárias do Jardim Interlagos, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Carlos Gomes, com sede e foro no município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/05, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, alterando dispositivo da Lei nº 11.097/65 - Brinquedos de Arma de Fogo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em discussão a emenda.

Em votação. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/06, aprovando abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 aos Orçamentos da Educação, Saúde, Justiça e Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005. COM PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o projeto, em votação o projeto, res-salvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da CCJ.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar a emenda, Deputado Dobrandino?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, V. Exa. tem a palavra.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Quero pedir à Base de Apoio ao Governo para que rejeitemos essa emenda, porque ela, na verdade, cria um problema sério para o Governo.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, qual é o item que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Item nº 08, Deputado Elio Rusch.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu nem achei que haveria a necessidade de encaminhar essa emenda, mas é importante que se destaque. Esta emenda que estaremos votando agora, foi feita pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo Deputado Nelson Justus - relator do projeto. E é a emenda que dá a esta Assembléia a capacidade que estamos tendo de analisar todos os projetos de suplementação, orçamentária. Se tirarmos, votarmos contrários a esta emenda, como quer o Líder do Governo, estaremos tirando mais uma atribuição desta Assembléia, que é a de verificar todos os projetos orçamentários.

Vejam os senhores: esta Assembléia tem votado celeremente tudo o que vem a esta Casa, tudo o que é solicitado pelo Governador, tudo o que é solicitado pela Secretaria do Planejamento. Mas, temos tido a postura de Deputados Estaduais, porque temos exercido a nossa missão dentro do Orçamento, todos os Deputados participando, tomando conhecimento do que é que está acontecendo. Se aceitamos que não passe esta emenda, neste momento, retirarmos o termo projetos-atividades, estaremos dando um cheque em branco ao Governo do Estado para fazer o que bem entender com o Orçamento a partir

desta data. É mais uma pegadinha, infelizmente, que vem dentro de um projeto. Vejam, os senhores, que o projeto aprova a abertura de crédito adicional no valor de dez milhões aos Orçamentos da Educação, Saúde, Justiça e Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei 14.977, de 28 de dezembro de 2005. Na verdade, entendemos que foi uma pegadinha do Governo, não fazia parte deste projeto, não havia a necessidade de colocar-se um artigo a mais, o artigo 5, que suprime o termo Projetos-Atividades de todo o Orçamento Estadual.

Então, é muito importante, Srs. Deputados, que os senhores, neste momento, vejam que aqui não se vota Situação ou Oposição, vota-se a atuação da Assembléia Legislativa, a maneira como a Assembléia vai posicionar-se perante a sociedade na defesa dos seus preceitos constitucionais e legislativos. Ou nós, Deputados, exercemos o nosso papel de Deputado, ou rasgamos o nosso Regimento, rasgamos, enfim, tudo aquilo que prevê a Constituição a respeito do papel do Legislativo. Não é uma questão de Situação ou Oposição, é muito mais uma questão de atribuição legislativa, por isso que eu me espantei muito. Parecia-me que já havia uma conversa com o Presidente Hermas Brandão, de que esse assunto seria matéria pacífica. Espantei-me!

Nem iria encaminhar, mas quando vi o Líder do Governo encaminhando pela derrubada da emenda, obriguei-me a vir encaminhar, Sr. Deputado-Presidente Zucchi, porque é muito importante que, neste momento, a Assembléia se afirme enquanto Poder. A partir do momento em que abrimos mão dessa prerrogativa desta Casa, estaremos dando um cheque em branco para que daqui por diante tudo aconteça e a Assembléia fique como "marido traído", seja sempre a última a saber.

Então, gostaria de pedir - é uma pena que não esteja aqui o Deputado Nelson Justus, que poderia encaminhar esta emenda. Eu até quero saber se está valendo, Sr. Presidente, aquela prerrogativa de que projeto ou emendas que não tenham o Deputado no momento, não sejam votadas, possam ser adiadas, porque acho que seria muito importante que também estivesse aqui o autor desta emenda, o autor do parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Nelson Justus. E temos que, em todos os momentos, tomar cuidado porque, infelizmente, não entendo porque o Governo, sistematicamente, tem tentado esses golpes contra a Assembléia, contra aquilo que esta Casa já deliberou, já votou no seu orçamento, de maneira clara e consciente. Em outros momentos esta Assembléia também já manteve emendas parecidas com esta, em outros momentos que o governo tentou retirar poderes da Assembléia e em momento alguma nós entendemos que isto fosse possível.

Por isso, peço a todos os Deputado, independente da posição que tenham, apoiadores do governo ou não, que votem com suas consciências de legisladores, de homens públicos que foram eleitos pelo povo do Paraná para fazerem e serem guardiões das leis executadas neste Estado.

A partir do momento que abrimos mão desta prerrogativa, vejo aqui o novo Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Strapasson, já tratamos este assunto várias vezes na Comissão, entendemos que não é assim, V. Exa. concordou que não é esta a forma de se tratar esta questão, se houvesse, por parte da Assembléia, qualquer tentativa de não aprovar ou qualquer tentativa de ficar delongando o assunto, poderíamos até entender, mas não houve isto em momento nenhum. Muito pelo contrário. Ontem nos foi solicitado, aqui em Plenário, assinatura da Comissão de Orçamento para que o processo pudesse entrar em votação, já que havia a alegação feita pelo governo, já que havia celeridade na aprovação deste projeto. Todos concordamos, todos fomos coerentes em que era necessário que fosse aprovado e sabíamos que esta emenda constava do projeto porque já vinha da CCJ. Sabíamos que era uma conversa realizada entre todas as lideranças de que isto seria derrubado aqui no plenário.

Por isso, muito me espanta a atitude do Líder do Governo neste momento, Deputado Dobrandino, em pedir que a Bancada governista vote contra a emenda, derrube-a, porque estaremos dando um tiro na nossa própria cabeça, dando um tiro no nosso exercício, enquanto Deputados estaduais.

Era isto que eu queria alertar a todos os companheiros.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, parece-me que há, inclusive, uma dúvida com relação a esta emenda porque ela não consta - não sei se deveria ou não, não - Ordem do Dia. Estamos aqui junto com o Deputado José Maria procurando e não há nenhuma menção a esta emenda.

Eu não sei se a Mesa faria a leitura desta emenda, Deputado Marcos Isfer?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Deputado Tadeu Veneri, a assessoria da Mesa me informa que é de praxe publicar em 1ª discussão. Como o projeto está em segunda discussão só consta a emenda, mas não consta o seu teor. Mas foi publicada ontem.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não desculpe Deputado, mas votou em 2ª votação ontem? Não. A segunda votação é hoje.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Estamos em segunda discussão, hoje.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sim, hoje, inclusive, deveria receber emendas, porque a primeira votação, até onde eu sei, é constitucionalidade. A segunda é mérito.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Deputado Tadeu Veneri, esta não é uma emenda de Plenário. É uma emenda da CCJ.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Por isso mesmo. Estou lhe falando. Ela foi publicada ontem pela CCJ. Apesar disto, gostaria de saber se V. Exa. pode ler a emenda. Como foi votada ontem, já foi votado ontem a constitucionalidade, e eu também gostaria de saber se a CCJ votou e se foi por unanimidade. Como foi a votação na CCJ?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Posso ler a emenda para V. Exa.

(Lê Emenda Supressiva ao Projeto de Lei 166/06)

Eu vou solicitar para que se tire uma cópia e encaminhem a V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Até porque o Deputado José Maria me informa que antes de ontem foi por unanimidade aprovada esta emenda na CCJ. Então, não entendo por que tem que derrubá-la em plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, estamos fazendo um estudo rápido porque nos pegou de surpresa esta emenda da CCJ.

Ela é de autoria da CCJ, a CCJ não tem poderes regimentais para apresentar esta emenda. Além disso, socorro-me, Sr. Presidente, do artigo 126: *As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como constantes de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, não poderão ser constituídas objetos de novo projeto na mesma Sessão Legislativa.*

Então o que acontece, Sr. Presidente? Coloco essa questão de ordem para que V. Exa. delibere. Este assunto sobre a questão da suplementação já foi derrubado nesta Casa quando foi presidida a Sessão pelo Deputado Hermas Brandão. Esta questão não pode ser votada neste ano, apenas poderá ser votada no ano que vem. Estou me socorrendo do artigo 126, não pode ser votada!

Quero colocar isso porque depois vamos encaminhar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo do Estado tem encaminhado várias suplementações orçamentárias para a Assembléia Legislativa e todas elas têm recebido uma tramitação bastante célere, não só por parte da CCJ, também, por parte da Comissão de Finanças, a Comissão de Orçamento tem se manifestado sobre todas as suplementações orçamentárias com uma velocidade até maior do que a usual no Parlamento.

Por quê? Porque a Assembléia Legislativa, o Parlamento, de uma maneira soberana entendeu quando da elaboração da proposta orçamentária do ano passado que

nós, Deputados, não poderíamos delegar as nossas prerrogativas ao Poder Executivo, não poderíamos delegar as nossas funções de suplementar o orçamento, de acompanhar a execução orçamentária, a fiscalização orçamentária. Claro que essa matéria foi amplamente discutida no âmbito da Comissão de Orçamento, no ano passado, essa matéria foi amplamente discutida no plenário da Assembleia onde resolvemos impor ao Executivo a necessidade de melhor elaborar o seu orçamento, melhor planejá-lo.

Enfim, por maioria absoluta, não só na Comissão mas também no Plenário, resolvemos incluir duas palavras, ditas como mágica, que é projeto-atividade, no artigo 13 da lei Orçamentária do ano passado, de tal forma que o Governo poderia fazer as suas alterações, seus decretos dentro da questão orçamentária mas, sempre de uma maneira verticalizada obedecendo por projeto-atividade.

Foi assim que entendeu a Comissão de Orçamento, foi assim que entendeu, soberanamente o Plenário da Assembleia no ano passado.

O Governo, já por algumas vezes este ano, tem tentado descaracterizar a força que deu à Assembleia, a força que deu no sentido que as questões voltadas ou que envolvam orçamento, sejam discutidas no âmbito correto que é a Assembleia Legislativa. O que acontece? Como estamos dando sempre um ritmo muito célere a todas as questões de suplementação orçamentária até para que o Governo tenha condições de melhor executar o orçamento e para que a Assembleia não fique com a responsabilidade de impedir que o Governo possa realizar os seus programas e as suas obras, a Assembleia se impõe o direito que lhe é constitucional de acompanhar, fiscalizar e cobrar, efetivamente, o acompanhamento do orçamento. O Governo tentou em uma mensagem que propunha dez milhões de suplementação orçamentária para várias Secretarias, suprimir do artigo 5º desse projeto, essa palavrinha projeto-atividade. Então ele diz: *no artigo 13 suprime-se no incisos tais, tais e tais a expressão projeto-atividade*. E ele fala, se não me engano, incisos 2, 4, 5, 6 e 7. Bom, o que o Deputado Nelson Justus fez? Deu o parecer favorável à suplementação orçamentária, porque é constitucional, é legal, não há problema algum. Não se questiona isso. A Comissão de Finanças e a Comissão de Orçamento também apreciaram. Só que o Deputado Nelson Justus autorizou a suplementação orçamentária, suprimindo o artigo 5º, ou seja, o artigo que pretendia tirar essa expressão projeto-atividade.

Enfim, dito isso, é o momento só de a Assembleia decidir se quer manter as suas prerrogativas de continuar apreciando toda e qualquer suplementação orçamentária ou se a Assembleia abre mão e não quer mais discutir o orçamento. Se não quiser mais, pelo menos a grande maioria das vezes, a Bancada que dá sustentação política ao Governo vai votar contrariamente à emenda. Se quisermos manter a prerrogativa da Assembleia Legislativa

vamos votar favoravelmente à emenda supressiva do Deputado Nelson Justus.

Era o esclarecimento. Cada um dos senhores tomará a sua decisão. A questão é: vamos manter a prerrogativa da Assembleia? Vamos. Aí vamos votar SIM à emenda supressiva.

Essa é a questão, nobre Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Augustinho Zucchi, levantei uma Questão de Ordem. Estou aguardando porque essa é uma questão já votada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O que foi votado foi aquela questão de Orçamento, vetada pelo Sr. Governador, derrubado o veto pela Assembleia. No momento em que a CCJ aprova uma emenda e ela vem à pauta acompanhando o projeto, estamos votando a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de dar continuidade a esse questionamento.

Há aproximadamente um mês atrás o Governo mandou a esta Casa uma suplementação colocando nas entrelinhas o mesmo assunto, liberando o Governo que não precisaria mais pedir para esta Casa autorização para suplementação. Hoje, não interessa se é o Governo ou se é a CCJ, não estou nem questionando a legitimidade da CCJ. Estou questionando a legitimidade do assunto. O assunto já foi tratado nesta Casa e lembro-me que o Presidente Hermas Brandão se irritou e disse que não aceitaria que se tomasse os poderes desta Casa em uma artimanha.

Estamos com artimanha novamente. O que vai acontecer, Sr. Presidente? Na suplementação anterior já veio isso, foi derrubado por esta Casa. Hoje, está aqui, novamente. Se for derrubado, voltará. Então, é uma questão regimental, não pode mais ser tratado esse assunto. Se V. Exa. quiser respeitar o Regimento ou tomar uma decisão mais madura, o melhor era esperarmos a volta do Presidente Hermas Brandão, porque ele está inteirado desse assunto. V. Exa. não tem obrigação de saber a decisão do Presidente Hermas quando ele presidia a Casa. Porque se fosse V. Exa. que estivesse presidindo naquela oportunidade, teria todas as condições de tomar uma decisão. Mas, ninguém tem mais legitimidade de tomar a decisão sobre essa questão regimental do que o Presidente Hermas Brandão. Então, nada melhor para a serenidade do Legislativo, aguardamos a volta do Presidente Hermas Brandão para que não se tenha dupla interpretação de uma mesma questão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela Ordem, Deputado José Maria e depois o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

A questão do mérito é a questão de discutir de cada um. Agora, com relação à questão regimental levantada pelo Deputado Valdir Rossoni e estribado no artigo 126, não assisti, no meu entendimento razão ao Deputado Valdir Rossoni. Por que o artigo 126, ao vedar as iniciativas, ele faz ressalvas às iniciativas por parte do Executivo e assim ele se expressa:

(Lê o artigo 126 do Regimento)

Portanto, do ponto de vista regimental, não há impedimento na votação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não que V. Exa. não tenha capacidade para decidir...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Olha, Deputado Luiz Carlos Martins, vou decidir essa questão de ordem, já. Respondo pela Presidência e vou decidir. Não vou esperar o Deputado Hermas Brandão voltar. Toda vez que houver a substituição, o Presidente tem que se fazer ativo. Eu vou decidir a questão de ordem.

Pela ordem tem a palavra V. Exa., Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Exatamente. Então, não se discute a sua capacidade de decidir ou não. O que estamos levantando é que o Regimento da Casa diz que esse é um assunto requeitado, e o Regimento não aceita assunto requeitado. Quem obedece, quem coloca em prática o Regimento da Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela Ordem, os Deputados Tadeu Veneri, Dobrandino da Silva e Valdir Rossoni.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Ouvimos aqui o Deputado José Maria, justamente no artigo 126; só quero lembrar que a alegação feita pelo Palácio Iguaçu, para que não possamos votar novamente a PEC do Nepotismo, é justamente o artigo 67 da Constituição Federal. O artigo 60 da Constituição Estadual e, que no artigo 126 do nosso Regimento foi dito que está errado, contrapondo-se aos dois artigos da Constituição Federal.

Então, queria que a Mesa esclarecesse. Se não vale para o nepotismo, também não vale para isso. Por conta disso, estamos aguardando um parecer daquela Comissão Especial, do Dr. Barcelar, para que não incorramos mais tarde num questionamento judicial por causa disso.

Então o artigo 67 da Constituição Federal e artigo 60 da Constituição Estadual.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Gostaria que V. Exa. limitasse, quantos encaminhamentos podem fazer, senão não votaremos hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem não é encaminhamento, Deputado Dobrandino. Tenho que ouvir, lamentavelmente. Quero ouvir ainda o Presidente da CCJ, por que é que uma matéria que disse que é inconstitucional, que não pode estar na pauta, é aprovada por unanimidade.

Na CCJ está na pauta.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Suprimindo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria que o Presidente da CCJ se pronunciasse.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente Augustinho Zucchi: até acho que tenho uma boa experiência nesta Casa quanto aos encaminhamentos. Quando V. Exa. diz que temos que esperar, eu não quis dizer isso.

A figura do Presidente da Casa, é única.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ele fez a pauta e colocou esse assunto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sim, não interessa se é o Hermas Brandão, se é o Augustinho Zucchi, ou se é o Luiz Carlos Martins, a decisão da Presidência tem que ser única, não pode ser dupla. Porque se V. Exa. tomar uma decisão contrária à decisão do Presidente Hermas, que presidiu àquela Sessão, como é que nós vamos ficar? Porque me reporto ao que disse o Deputado Tadeu Veneri: ou vale ou não vale.

Se a decisão do Presidente Hermas Brandão vale, tem que valer hoje. Se a decisão do Presidente Hermas Brandão não vale, não vale hoje. A mesma decisão vale para esta questão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Votamos por unanimidade, votamos uma emenda supressiva, o Presidente da Comissão está aí.

Foi assim que entendemos...

(vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Exatamente! Mas quando a emenda vem ao plenário, é votada. Estou questionando o mérito, gostaria que o Presidente da CCJ se pronunciasse. Pode vir a plenário? Se pode tem que votar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

E a questão de ordem levantada pelo Deputado Tadeu Veneri, artigo 67 da Constituição Federal e 60 da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Barbosa Neto, estou ouvindo todas as questões de ordem. O que diz o Regimento Interno: *Matérias de projeto de lei rejeitadas ou não, sancionados, assim como constante de proposta de emenda à Constituição rejeitado ou havido por prejudicado, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.*

Gostaria de saber do Presidente da CCJ se essa emenda poderia vir ao plenário ou não.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

O Regimento Interno está acima da Constituição Federal ou Estadual, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Regimento Interno não está acima.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Se ele não pudesse vir para o plenário jamais, sobre a inteligência do nosso Presidente Durval Amaral, teria sido votada e aprovada. Ele não diz que tem que ser aprovada, pode ser rejeitada, o Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Presidente não é infalível. Gostaria de ouvir o Presidente da CCJ porque o Presidente Hermas Brandão determinou a pauta. Na pauta consta. E a CCJ no momento que aprovou a emenda, sabe que ela automaticamente, não está aqui. Ela vai ao crivo do Plenário. Gostaria de ouvir o Presidente Durval Amaral, que com sabedoria e imparcialidade tem conduzido a CCJ.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Agradeço a deferência de V. Exa. mas, parece-me que a questão, independentemente de paixão partidária ou política, é muito simples; a CCJ apreciou uma Mensagem do Governo do Estado, deu parecer favorável à Mensagem com a emenda supressiva em anexo que visa subtrair o artigo 5º. Claro que não foi uma proposição rejeitada na CCJ, ela recebeu parecer favorável com emenda supressiva, tanto a Mensagem quanto a emenda necessariamente podem ser votadas em Plenário. Isso me parece muito tranquilo. Acho que a dúvida persiste se trata de matéria já apreciada nesta Sessão Legislativa.

Invoco o testemunho do Deputado Marcos Isfer, a Drª. Lídia está levantando todas as demais Mensagens, mas outras matérias com relação ao orçamento que foram levantadas que também traziam alguns artifícios para o Governo, não trazia em relação ao projeto-atividade, trazia em relação a alterar o quadro de obras. E aí o Presidente Hermas Brandão e a Comissão de Orçamento, também o Plenário de uma maneira soberana, entenderam de retirar naquele momento a alteração do quadro de obras. Não é o objetivo dessa emenda supressiva. O obje-

tivo dessa emenda supressiva é retirar o artigo 5º que pretende subtrair da Mensagem do Governo a palavra "Projeto-Atividade".

Este é o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradeço o esclarecimento de V. Exa.

Recebo um requerimento e gostaria de colocá-lo em votação.

Acolho o requerimento de retirada da Ordem do Dia, em respeito ao Plenário que deve ser soberano.

Acolho esse requerimento e vou colocar em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Consulto V. Exa. se já não está em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em processo de votação, Deputado, mas dada a dúvida levantada e que o Plenário é soberano e atendendo a esta solicitação, acho que o Plenário deve se manifestar se deve ou não votar.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. e a assessoria da Mesa pudessem nos esclarecer duas coisas: aqueles que são contrários podem votar contrários à emenda ou ao projeto, enfim, se está em votação, não compete um requerimento desta natureza. Se está em votação. Se o senhor já iniciou a votação, se já votou o projeto, desculpe-me!

Para esta questão técnica e regimental compete um pronunciamento da mesa em dar prosseguimento. Quem for a favor ou contra o mérito, que se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado, em respeito às Questões de Ordem aqui levantadas e em respeito à dúvida toda, faço uma deferência especial e vou colocar o requerimento em votação.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

V. Exa. já votou o Projeto 166, se não falha o número, já anunciou o resultado da aprovação e estava colocando em votação a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A emenda. Estamos discutindo a emenda.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

O projeto já está votado. Então, o quórum que votou o projeto é o qualificado. Como o Deputado Hermas Brandão sempre considera.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quem encaminhou a votação da emenda será contado como quórum. Não pode ser diferente.

Coloco em votação...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, nós encaminhamos - peço à Base do Governo para derrubar o requerimento que está em processo de votação, para continuar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Só peço que V. Exa. considere os deputados que iniciaram o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os que encaminharam serão constituídos como quórum.

Solicito ao Deputado Geraldo Cartário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (2º Secretário)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Só para registrar e parabenizar o lançamento da nova moda do uso da gravata com camisa sem colarinho, do Deputado Traiano.

Parabéns Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero consultar a douta assessoria da Mesa, porque nunca se viu na história deste Parlamento uma matéria já aprovada em projeto original, no momento da cotação da emenda supressiva, permitir que a Mesa suspenda a votação e aceite um requerimento de retirada de pauta. Alerto à Oposição e ao Governo que se não tivermos regras e posturas de rigidez legislativa e de obediência ao Regimento da Casa, e sobretudo a decência e a ética, vamos fazer mal a todos nós. O Diabo é esse sujeito que de tanto fazer o mal acaba fazendo o bem.

Mas, o que estamos vendo aqui, Sr. Presidente da Mesa e douta assessoria, é um precedente perigoso para o Parlamento, porque é ontológico, vem da filosofia, se o senhor aceitou o projeto para votar e colocou em votação a reforma do projeto com uma emenda de supressão, como é que de repente o senhor muda de idéia e daí resolve aceitar o jogo da Oposição? É por que à Gazeta do Povo lhe apraz a Oposição? Será vontade de sair na manchete? O Parlamento não pode ficar genuflexo.

É o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu vou responder à Questão de Ordem do Deputado Rafael Greca com mais calma talvez do que ele tenha falado.

Votamos o projeto. O que está em discussão é a emenda, objeto da dúvida. Eu disse aqui, abrimos uma exceção recebendo o requerimento porque há uma dúvida com relação ao encaminhamento da emenda.

V. Exa, Deputado Rafael Greca, não serve para me dar lição de moral quanto à minha conduta parlamentar, e muito menos quanto à minha conduta na Presidência da Assembléia. V. Exa. pode discordar, teve o tempo para discordar, não discordou, nós já estamos em processo de votação deste requerimento, e aqui não, Deputado Rafael Greca, permita-me eu lhe dizer com toda franqueza, não há, desta Presidência, e sempre agi assim, nenhuma vontade de agir parcialmente a favor do Governo ou da Oposição. Tenho que ser magistrado na condução da Presidência.

Por ser magistrado, por a Constituição dizer uma coisa e o Regimento dizer outra, abri uma exceção, porque ninguém é dono da verdade, mas o Plenário é soberano e pode decidir sobre o requerimento da emenda.

Peço escusas a V. Exa., mas não foi essa a intenção relatada pelo senhor, desta Presidência.

O projeto está aprovado. A discussão é sobre a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Para Encaminhar)**

Quero parabenizar V. Exa. pela forma democrática que aceita o requerimento diante da dúvida levantada pelo Parlamento do Estado.

Levantou-se uma dúvida em relação à constitucionalidade desse artigo 5º da mensagem enviada pelo Governo do Estado. Diante disso, todos os Parlamentares já estão cientes que votamos o projeto em 2ª discussão. O que está se votando agora é a emenda na 1ª discussão. Essa emenda rejeitada hoje cairia. Se aprovada a emenda deverá sofrer uma 2ª votação. Mas, diante da dúvida levantada, o Deputado requer a retirada da pauta da Sessão de hoje, desse projeto. Não pode retirar só a emenda. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. está equivocado. Não estamos discutindo a retirada do projeto, jamais aceitaria um requerimento como esse. Esse requerimento eu não aceitei. Aceitei o requerimento que pede o adiamento da votação da emenda por uma Sessão.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

V. Exa. está ferindo o artigo, 159, parágrafo 5º do Regimento Interno que votamos!

Diz o parágrafo 5º: "A votação completa o turno regimental da discussão. Só será interrompida a votação de uma proposição por falta do número regimental de presenças ou por ter esgotado o período destinado à

Ordem do Dia. Neste último caso, em não tendo havido prorrogação a votação ficará adiada na parte em que se achar para prosseguir na Sessão seguinte.”

Não lhe dá o Regimento o direito de abrir exceção, por mais democrático e mais simpático que isso seja. O Presidente da casa não é Miss Simpatia. O Presidente da Casa não tem que agradar a ninguém. Ele tem que seguir o Regimento da Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou responder à Questão de Ordem mais uma vez de V. Exa. e falo com tranqüilidade.

Diz aqui no artigo 161 que: “salvo disposição constitucional, regimental ... serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.”

Veja bem, Deputado Rafael Greca, a Constituição do Estado é claríssima aqui: “a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.”

Como há a dubiedade entre o Regimento e a Constituição, abri democraticamente, não é uma exceção, é uma norma de conduta democrática, princípio maior que rege esta Casa e vou manter.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

... Presidente, diante dessa dúvida é que requeremos, então, a retirada, o adiamento da votação da referida emenda. É só essa a razão.

Diante dessa dúvida que existe se pode ser votado, se não pode, a lei é legal, não é legal; nada mais justo e correto do que o Parlamento do Estado do Paraná adiar a votação dessa emenda. Não tem prejuízo, em absoluto, por um dia ou dois. Não é que tem que ser aprovado hoje ou amanhã, Deputado Rafael Greca, não tem problema ser votado nesta semana ou na semana que vem, segunda, terça ou quarta.

É um crédito suplementar que o Governo pede, apresenta-se uma emenda, não do Plenário, mas, sim, da CCJ. Tem dúvida? Então, vamos adiar a votação.

Nada mais justo que encaminheemos esse requerimento e pedimos aos Srs. Deputados para aprovar o adiamento da votação dessa emenda através deste requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Zucchi, por favor, não me move nenhuma vontade de lhe fazer qualquer contestação pessoal, mas trata-se do Regimento da Casa no artigo 159, parágrafo 5º: “só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental ou por ter se esgotado o período da Ordem do Dia.”

Sr. Presidente, o senhor faça o que quiser, mas quero que a douta assessoria da Mesa me responda isso por escrito: o que significa só será interrompido em dois casos e daí cria-se um terceiro. A palavra “só” é uma con-

dição ontológica de uma única coisa, não pode ser duas. Seja o vosso “só” “só” e o vosso “não” “não”; ou, como disse o Nosso Senhor, seja o vosso falar “sim” “sim” e o vosso “não” “não”. O mais é a obra do Diabo!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pelo seu sempre jeito democrático de conduzir as coisas neste plenário; pela sua humildade porque poderia tomar a decisão, e na dúvida, dividiu com este Plenário, tornando-o mais soberano.

Sr. Presidente, quero encaminhar aqui, já que V. Exa. colocará em votação o requerimento que pede o adiamento da votação da emenda, contrário a este requerimento. Este Plenário sempre foi, e será soberano, Sr. Presidente; nós é que vamos, através dos votos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, dizer o que achamos que é o mais correto.

Vamos, através do voto, depois de derrubar o requerimento, assim espero, votar a matéria. Aqueles que vão rejeitar que rejeitem sabendo o que estão fazendo; aqueles que querem dar um crédito ao Governo do Estado, neste pedido de um aporte, para melhorar no Governo do Estado do Paraná a sua condução, aqui o farão.

Portanto, em nome da liberdade deste Parlamento é que peço voto NÃO ao requerimento que ora iremos votar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero até superar essa discussão que vejo que está sendo bastante produtiva por se tratar de um Parlamento democrático, mas dizer que aprovando esta emenda, na forma como estamos recebendo e não daquilo que foi discutido, e a emenda veio pelo parecer do Deputado Nelson Justus, fazendo com que isso seja suprimido do texto, estamos abrindo mão de poder, e não é um poder por vaidade, mas é um poder atribuído a esta Casa.

Temos uma responsabilidade para com os eleitores; somos pagos para fiscalizar e a aprovação da forma como quer o Governo, na verdade vai ser um “tiro no pé”. Essa manobra é prejudicial inclusive aos próprios Deputados governistas, porque vamos estar dando mais um poder para o Governo que centraliza praticamente todas as suas decisões e a nossa atribuição está sendo desmerecida. Será que vamos, mais uma vez, dar a “chave do cofre” para o Governador?

Este é um “cheque em branco”! Os próprios Deputados governistas que têm a liberação das suas obras através das emendas orçamentárias poderiam ter esse poder de fiscalizar a execução dessas obras. Sou Deputado da Oposição e não tenho obra que tenha encaminhamento e

não faço cortesia com o chapéu alheio. Mas, estamos agora levantando uma questão em defesa do Parlamento, em defesa da Assembléia Legislativa, o poder de fiscalizar, o poder que é precípua desta Casa - não só legislar, mas principalmente e - pelo menos - acompanhar a execução daquilo que aprovamos ou fiscalizamos ou aquilo que vem do Governo do Estado.

Então, o encaminhamento que faço neste momento é justamente esse, apelando aqui aos Deputados do Governo, aos Deputados da Oposição e a todos nós nesta Casa e tenho certeza que da oportunidade anterior o Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, se estivesse aqui neste momento com certeza não iria deixar este poder mais uma vez ser retirado dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná. Não estou entrando na questão da Presidência, exercida brilhantemente por V. Exa, aqui, que está sendo extremamente democrático. E até sobre a questão do requerimento, não está se interrompendo aqui a votação, mas está se suspendendo para a próxima Sessão e sou favorável a esse requerimento, porque isso é inclusive regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Scarpellini. O último a encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PDT)

Também quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, eu iria estabelecer dois contra e dois a favor.

V. Exa. vai encaminhar a favor ou contra, Deputado Scarpellini?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Sr. Presidente, não dá.

Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho a V. Exa., e socorro-me do Regimento. Temos o direito de encaminhar quantos for necessário, até esclarecermos essa questão. Vou me socorrer do Regimento e nossa assessoria está procurando o artigo.

Então, o Deputado Scarpellini encaminha; depois lhe digo o número do artigo do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente, Deputado Rossoni.

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. me perguntou se vou votar a favor ou contra. Ainda não defini meu voto.

Quero encaminhar a questão para apenas fazer alguns comentários sobre o que me leva e o que me deixa

muitas vezes pasmo ao ver que certos Satanás gostam de falar do Diabo. Vejo o Diabo presente lá no Bigorrilho, vejo o Diabo sendo combatido em 1990 pelo Anjo da Guarda da cidade de Curitiba, que dizia: não podemos deixar eleger o Diabo, Governador do Paraná. E vejo agora aqui na Assembléia o Anjo da Guarda defender o Diabo e ao mesmo tempo em que defende, ele combate o Satanás e fala, o Anjo da Guarda, com se fosse a palavra única e verdadeira do Criador.

Posso até não estar convencendo a alguns, mas estou me convencendo que estou certo em estar fazendo Oposição ao Governador do Paraná que aí está. Essa proposta que o Governo manda e que a Assembléia já rejeitou neste período legislativo, então, portanto, está aí o impedimento constitucional de apreciar novamente dentro deste período. E é por esta razão que me convenço que esta Sessão deva ser adiada por mais um dia, para que possamos alcançar na segunda-feira e com um juízo melhor, sem o entusiasmo e a emoção do Diabo, do Satanás, ou do anjo, possamos fazer o julgamento. E, aí, votarmos de acordo com as nossas consciências e de acordo com aquilo que a Constituição e o Regimento desta Casa determina.

Porque acredito, Sr. Presidente, que de sua consciência não tem ninguém aqui no Parlamento que queira travar a máquina administrativa do Estado. Porque nós, da Oposição, já estamos satisfeitos com as ações praticadas pelo próprio Governo, com relação ao travamento da máquina administrativa que não anda. É o Porto de Paranaguá que não anda; a Secretaria da Educação que não anda; são as obras do Governo que não caminham.

Então, não precisamos fazer um boicote orçamentário para que o Governo do Paraná deixe de funcionar.

A maioria dos setores do Governo do Paraná já não funciona. A Ferroeste está lá emperrada com um Diretor que faz, desfaz, bate em todo mundo, dá uma "cusparada no rosto" do Presidente da empresa, ameaça de derrubar uma parapléica da cadeira de rodas,...

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Estou encaminhando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem tem precedência, Deputado Scarpellini.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Com respeito ao nosso grande companheiro, Deputado Scarpellini, o requerimento não tem nada a ver com esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem razão, Deputado Iensen, solicito ao Deputado Scarpellini que se mantenha ao objetivo do encaminhamento que é a votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB)

Vi aqui o Deputado Rafael Greca de Macedo dando aula de religião. Se bem que quando ele fala dos anjos eu sei que existe uma relação muito forte porque anjo realmente é uma elevação sublime, um ser que está aí para nos proteger.

Agora, gostaria de saber se ele é “o anjo protetor do Lerner”, “do Requião”, ou “qual senhor” que ele quer proteger.

Mas, na hora de religião dele ninguém falou. Ele falou e disse, teve a palavra livre! Quero continuar em cima da minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode continuar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado. Sr. Presidente, uma Sessão só para que possamos analisar, pegar um parecer do Jurídico da Assembléia, da Procuradora da Assembléia. Para que possamos, em cima deste parecer, sabermos exatamente se a matéria que vamos votar está coberta do ponto de vista constitucional e regimental, para não ser objeto de uma ação popular ou uma ação civil pública capaz de depois de votada pela Assembléia, ser apreciada no Poder Judiciário, como já foi recentemente o aumento de vencimentos do Quadro de Promotores e Procuradores de Justiça do Paraná. Que foi, inclusive, votada aqui e vetada pelo Governador que era o autor da matéria.

Então, queremos apenas, Deputado Dobrandino, não tenho ainda definido o meu voto com relação a isso. Só acho que a Assembléia não tem nenhum motivo para paralisar a máquina administrativa que relativamente alguns setores já se encontram paralisados.

Quero crer, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa do Paraná tem maturidade suficiente, através dos seus Deputados que aqui estão, para apreciar, discutir, levar mais uma Sessão, para daí, sim, termos esses pareceres e podermos aqui fazer um julgamento do ponto de vista constitucional, do ponto de vista regimental, para que não caia em uma ação judicial. E aí, sim, é que vamos ter a máquina administrativa mais prejudicada ainda do que está atualmente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Está aí um nó para ser desatado

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quero crer que temos aí, como disse o Deputado Luiz Carlos Martins, um pequeno nó a ser desatado. E vamos desatar porque o Paraná precisa das ações concretas do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa.

Agradeço o encaminhamento, e vou definir o meu voto daqui a pouco.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero solicitar à douta assessoria da Mesa que, em não cumprindo o artigo 159, porque caiu em desgraça, está até no índice do Regimento, cumpra-se o artigo 156: “É permitido a qualquer Deputado requerer encerramento de discussão quando já tenham falado pelo menos seis oradores e sobre o assunto cuja discussão se pretende encerrar”.

Então, acho que vamos encerrar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael Greca, estamos em processo de discussão e o que vale é o artigo 171: “no encaminhamento de votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhá-lo pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco Deputados contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153”. Então, será cumprido.

Deputado Valdir Rossoni, último orador inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, na verdade os Parlamentares estão compreendendo, estamos em processo de obstrução de votação. A nossa intenção com este requerimento -, e é um direito legítimo do Parlamento a obstrução -, se tivermos condições de esvaziar o plenário e não dar quórum para adiar essa votação, é um direito regimental. Estamos aqui em processo de obstrução para tentarmos convencer os amigos do Governo, Parlamentares, para que esse projeto seja votado na segunda-feira. Acho que não teria nada demais.

Por essa razão, encaminhei a V. Exa. a esta Casa, um requerimento pedindo o adiamento, porque senão, Sr. Presidente, é importante - vai fazer parte de todo esse contexto, vamos, no encaminhamento da emenda, e aí no encaminhamento poderá ser encaminhada por quantos Deputados quiserem. Aí, todos os Deputados de Oposição vão encaminhar e ficaremos aqui até dez horas da noite.

Agora, se o Líder do Governo estiver com aquele espírito, que lhe é contumaz de nós negociarmos para votarmos na segunda-feira, encerramos aqui o encaminhamento, deixamos para segunda-feira, retiramos o requerimento. E na segunda-feira, com uma decisão pacífica, equilibrada, porque sei que é muito difícil. O Presidente desta Casa, neste momento, ele é uma pessoa competente, inteligente, mas há dois Presidentes neste história: o Presidente Hermas Brandão, que no mesmo assunto já tomou essa decisão; e agora o Presidente Augustinho Zucchi, que terá que tomar a mesma decisão.

Então, estou contribuindo para a transparência do Legislativo, a transparência desse projeto, porque há argumentação em cima dele de que o mesmo nos tira poderes. E é um direito legítimo dos Parlamentares

lutarem para que esses poderes que temos de legislar, fiquem com esta Casa. Nós já somos taxados pela opinião pública de inoperantes, de incompetentes, de preguiçosos. A hora que nós temos o poder de estarmos aqui legislando a cada suplementação que o Governador deseja, estarmos discutindo, porque o Governo não é soberano, também comete equívocos. De repente o Governo vai apresentar uma suplementação que temos que votar e de repente, Deputado Barbosa Neto, ele poderá tirar de uma rubrica que é de uma área que nós não desejamos - de repente tirando dinheiro da educação, da saúde. E podemos discutir e propor ao Governo que esta suplementação saia de outra origem, uma origem que traga menos prejuízos para aquele setor quando foi elaborado o orçamento.

Então, este é um poder legítimo desta Casa e eu me apego a isto, Sr. Presidente, para tentar convencer os Deputados, porque se não os convenceremos, vamos ganhar no cansaço. Vamos ficar aqui. Eu tenho ainda seis minutos para encaminhar. Depois, vamos encaminhar a emenda. Todos nós vamos encaminhar. Vamos ficar aqui. Agora, o entendimento do Legislativo, a verdade é a seguinte, às vezes o Governo se acha, Barbosa - e eu já fui acometido deste mal - se acha tão poderoso, que ele não deve negociar. Vai negociar, sim! Temos ali, Sr. Presidente, um outro requerimento que aí é que o bicho vai pegar, porque o requerimento está querendo revogar o requerimento da suspensão da tramitação da UEG aqui nesta Casa.

Ora, ele foi aprovado antes de ontem. Como é que este requerimento pode voltar ao mesmo assunto para esta Casa? Quer dizer, quando falo do requerimento da UEG é o mesmo assunto. Quando estou pedindo para adiar, para tomar uma decisão equilibrada neste assunto é porque estamos tratando do mesmo assunto que foi tratado lá atrás, pois, ora, sabemos da questão do nepotismo - a questão do nepotismo foi votado, foi derrubado pelo Governo. Agora tem um novo projeto. Nós não estamos sendo afoitos. Estamos pedindo parecer de um constitucionalista para que, se for para colocar esta PEC em votação, vamos colocar com legitimidade, amparado na lei, para que depois não seja derrubado na Justiça.

Então, o equilíbrio, as negociações, as conversas, eu imploro, está chegando aqui a fortaleza do líder do Governo, do Deputado Dobrandino, pediria que ouvisse a palavra das minorias, porque se não fosse as minorias também, o que seria do Legislativo, o que seria do Brasil hoje, Deputado Barbosa, se não tivesse Oposição? Certamente não saberíamos de nada do que está acontecendo. Estaríamos na mesma situação de muitos governantes que não sabem o que está acontecendo nem no andar de cima nem no andar de baixo.

Então, o poder da minoria já está na palavra: somos minoria, não ganhamos votação, mas temos o instrumento regimental de obstrução.

Por esta razão, Sr. Presidente, estamos em obstrução. Eu estou encaminhando como último Deputado de

Oposição, pedindo aos Srs. Parlamentares, primeiro pedindo ao Líder do Governo para que adiemos esta votação para segunda-feira - se não for ouvido, minha voz é fraca e o meu convencimento também não tem consistência para o nosso Líder, sinto que convenço o Deputado Barbosa, o Deputado Luiz Carlos e demais Deputados de Oposição, mas não consigo convencer os Deputados do Governo.

Então, Sr. Presidente, o incentivo do Deputado Barbosa no meu encaminhamento é constante e é por esta razão que estou aqui.

Estou encerrando o meu encaminhamento. Deputado Dobrandino, vamos adiar esta votação. Segunda-feira votamos esta questão. O Presidente terá um parecer da Procuradora da Casa, um parecer naturalmente convincente, aí votaremos com tranquilidade, senão muita gente vai perder o ônibus porque estaremos aqui, espero que meu colegas de Oposição permaneçam aqui porque depois poderemos encaminhar a emenda, tantos quantos Deputados bem entenderem e aí o tempo vai ser insuficiente para encaminharmos porque teremos mais questões a serem discutidas, não apenas a tentativa de convencer os Deputados que poderíamos adiar essa votação por uma Sessão para que, na segunda-feira, com a decisão da Mesa, pudéssemos votar isso sem medo de algo que, na Justiça, pudesse ser derrubado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que os Deputados de Oposição já estão convencidos mas, infelizmente, não ouço a voz silenciosa dos Deputados do Governo. Espero que esta falta de negociação que imploramos agora, não faça falta ao Governo num determinado momento.

Encerro o meu encaminhamento e continuo pedindo, até os dez minutos, Sr. Presidente: Vamos adiar, vamos adiar, vamos adiar porque não pode ser tratado o mesmo assunto, o mesmo objeto, no mesmo período legislativo! É só no ano que vem que esta questão pode ser tratada, esta é a visão deste Parlamentar, por esta razão, fazendo aqui o último apelo porque tenho o compromisso e o dever de, como parlamentar, usar todo o tempo que preciso para encaminhar o adiamento dessa votação; estão faltando poucos segundos e por essa razão encerro a minha fala pedindo ao Deputado Dobrandino, V. Exa. sempre foi do diálogo, talvez o diálogo de hoje que pedimos e que V. Exa. não está com vontade de fazer, possa fazer falta num próximo projeto que o Governo tenha urgência urgentíssima.

V. Exa. deve ter observado, Sr. Presidente, que consegui encaminhar aqui por dez minutos mais um que V. Exa. dá a todo mundo, por isso estou me estendendo, para dizer aos Deputados que se alteraram, eu vi aqui Deputado todo irritadinho. Não se irrite, o Poder Legislativo é assim mesmo, é para quem tem paciência, é para quem estuda e para quem tem capacidade de encaminhar as questões com conhecimento, quem não tem conhecimento padece e se irrita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos à votação. Deputados favoráveis ao adiamento da votação permaneçam como estão.

Vai se proceder à verificação de votação, a pedido do Deputado Rossoni.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento que-riam levantar-se.

Doze (12) Srs. Deputados.

Deputados que rejeitam o requerimento.

Vinte e quatro (24).

Está rejeitado o requerimento.

Vamos à votação da emenda.

(Tumulto no Plenário, vários Srs. Deputados querem encaminhar a votação).

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta à Mesa: no encaminhamento de votação o que diz o Regimento?

A minha solicitação é saber se é possível disciplinar o número de encaminhamentos de votação ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Regimento é claro, Deputado Vanhoni, vamos seguir o regimento, são cinco Deputados a favor e cinco contra no encaminhamento da votação. Estamos encaminhando.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de levantar uma Questão de Ordem e me socorrendo no artigo 171 do Regimento Interno, que diz o seguinte: “No encaminhamento da votação...”

(Lê artigo).

Então, na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição sem prejuízo de procedimento estabelecido no parágrafo 2º.

(Lê artigos 172, 173, 174).

Só fiz essa Questão de ordem para confirmar o que V. Exa. já tinha dito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito que seja feita a inscrição e o Deputado que se inscrever já fale se é a favor ou contra.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Só para esclarecer, porque estou voltando à Assembléia. São cinco a favor e cinco contra, se só tiver cinco a favor, eles podem usar seis ou sete a favor?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não.

(Tumulto no Plenário)

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Só gostaria de saber da Mesa quais são os inscri-tos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A favor da emenda: Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni, Elio Rusch e Durval Amaral.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, o Deputado Vanhoni e eu tínhamos feito a inscrição a favor da emenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Eu estava inscrito a favor da emenda, mas em defe-rência aos meus colegas, abro mão e deixo o Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Contra temos: Deputado Artagão, Deputado Caíto, Deputado Anibelli e Deputado Stica.

O Sr. Deputado Elio Rusch com a palavra.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Quero discutir a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A emenda estava em votação, e continua em vota-ção. É encaminhamento de votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Qualquer proposição é discutida e encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu encaminhei a discussão e posteriormente colo-quei em votação a emenda. Tanto que o Deputado Mar-cos Isfer encaminhou a votação da emenda já.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Mas, também quero encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Da votação. Não da discussão. Encaminhamento da votação.

V. Exa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aceitamos a posição da Presidência, embora eu tenha as minhas dúvidas. Entendo que qualquer proposi-ção merece ser discutida e depois encaminhada, na mesma votação. Você discute, depois de encerrado o prazo você encaminha a votação. Gostaria de discutir, mas como a Presidência da Mesa diz que devo encami-nhá-la e me reduz o tempo de trinta para apenas dez minutos, então vamos ter que aceitar a decisão da Mesa e vamos encaminhar a emenda.

Todos sabemos do processo legislativo e do Orçamento do Estado. O Orçamento do Governo seja municipal, estadual, ou federal, ele estima receita e fixa a despesa, através de uma projeção que faz da sua receita. Depois o Governo, através do seu corpo técnico, através das suas Secretarias, diz aonde vai gastar o seu dinheiro.

É isso que aconteceu no Estado do Paraná, no ano passado, quando o Governo do Estado enviou à Assembléia Legislativa a Mensagem estimando a receita e fixando a despesa. Essa Mensagem do Governo recebeu, através deste Parlamento, Deputado Stica, em especial da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, um Substitutivo Geral. Esse Substitutivo que foi elaborado pela Comissão de Orçamento e nos parece aprovado por unanimidade, lá na Comissão e posteriormente veio à Plenária da Assembléia Legislativa.

Ora, todos os Parlamentares tiveram a oportunidade, naquela ocasião, de discutir o Orçamento, de apresentar as emendas necessárias. Tinha um limite para cada Deputado apresentar as obras que achassem convenientes e, também, tinha as emendas coletivas.

Isso foi feito na fase da discussão, lá na Comissão de Orçamento e posteriormente aqui no plenário, foi aprovado por unanimidade de voto. Posteriormente, Deputado Vanderlei Iensen, V. Exa., que foi Secretário e Chefe de Gabinete do Governador do Estado, elaborou e deve ter estudado, e o Governador sancionou a lei do Orçamento.

Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que é um ilustre Parlamentar, já presidiu esta Casa, fez parte do Congresso Nacional, honrou o Estado do Paraná no Parlamento em Brasília. Gostaria de fazer uma pergunta aos Parlamentares e à sociedade do Paraná: já teve uma vez na história do Paraná, de o Governador sancionar a lei que regulamenta o Orçamento no exercício, e alterar a lei logo após a implantação do Orçamento, no exercício?

Ora, o Governador tinha o poder de veto, quando ele sancionou. O Governador não vetou o projeto, não vetou o substitutivo, não vetou nenhum artigo, não vetou nenhum inciso. Agora ele manda uma Mensagem para a Assembléia Legislativa pedindo um crédito suplementar de dez milhões de reais e junto com a suplementação ele pede a alteração da lei que foi aprovada por este Parlamento!

Pois bem! O que é que o Governador pede através da sua Mensagem? Pede um crédito adicional no valor de dez milhões de reais, que estamos concordando, estamos autorizando, não estamos impedindo, em absoluto. Estamos autorizando o Governador a realizar as obras. Todas as mensagens do Governo do Estado que pedem um crédito adicional, ou seja, suplementar ou crédito especial, o Parlamento sempre tem aprovado.

Mas, o que nos causa estranheza é no artigo 5º da Mensagem do Governador do Estado do Paraná, que diz o seguinte “Ficam excluídos os incisos 2, 4, 5 e 7 do artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005, as expressões por Projeto-Atividade”. O que é que

diz a lei que o Governador faz menção nº 14.977? É a lei que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2006. É do presente exercício. E o que é que diz o artigo 13 que o Governador quer agora excluir essas palavra? Fica bem claro: o Parlamento do Estado do Paraná está dando condições, está autorizando o Governador a fazer a suplementação. Mas, jamais podemos abrir o direito de uma prerrogativa do Poder Legislativo. Porque se suprimirmos essas palavras “Projeto-Atividade” automaticamente estamos tirando o poder do Poder Legislativo. Aliás, essa expressão foi usada pelo Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, quando ele presidia uma Sessão onde está sentado o Deputado Augustinho Zucchi presidindo a Sessão de hoje.

O Deputado Hermas Brandão diz o seguinte “Todo o direito e todos os direitos que o Poder Legislativo tem, podem lhe ser tirados”. E não podemos suprimir esse direito que o Poder Legislativo do Estado do Paraná tem, de pedir ao Governador do Estado do Paraná, no mínimo, o Projeto-Atividade para suplementar até 2% dentro dessa dotação. Suplementar em 2% do excesso de arrecadação dentro do Projeto-Atividade. Mas, que ele envie à Assembléia Legislativa o Projeto-Atividade. Não entendo o porquê de ele não querer fazer isso. Não entendo a Bancada do Governo, por que não querem concordar com isso? Tirar os poderes dos Deputados do Paraná! Ora! Se a lei que institui o Orçamento, que regulamenta a aplicação dos recursos deste ano, são regulamentados por uma lei, por que tirarmos isso agora aqui do Parlamento? Ora! O artigo 13 diz o seguinte “Fica o Poder Executivo autorizado ao que lhe couber, o inciso 2º que ele quer alterar. Abrir Crédito Adicional até o limite de 2% por Projeto-Atividade. E é isso que ele quer retirar. Por que, se ele já está autorizado? Mas, retirar o Projeto-Atividade? Não entendo onde o Governador quer chegar. Peço aos Srs. Parlamentares que aprovemos a emenda proposta pela CCJ que foi aprovada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra ao Deputado Artagão, que vai encaminhar contra, quero alertar os Srs. Deputados que foi feito a chamada nominal no início do processo de votação e está valendo a chamada nominal. Para que não haja dúvidas, está valendo a presença dos 39 Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sou contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto, para encaminhar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somos iniciantes nesta Casa de Leis, mas procuramos ser presentes nesta tribuna e membro, inclusive, da Comissão de Finanças, da Comissão de Constituição e Justiça, e lá já analisamos esta emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 116/06.

Estamos totalmente convencidos de que o Deputado Nelson Justus, que é um dos Deputados mais experientes desta Casa, que desde 1990 pertence a este Parlamento e embora pertença também ao Partido da Frente Liberal, nutre uma amizade para com o Governador, mas separa perfeitamente sua atuação parlamentar dos seus laços de amizade ou de relacionamento com o maior mandatário deste Estado. E eu tenho que corroborar, aqui, aquilo que já foi consignado pela emenda supressiva votada na Comissão de Constituição e Justiça e que passou por unanimidade, inclusive com a presença dos Deputados experientes, também nesta questão orçamentária. E se nós, também, levamos em conta que dentro da Comissão de Finanças, da qual também sou membro, analisamos esta emenda, e ela teve aprovação total, unânime, de todos os seus membros, não podemos ser contra aquilo que já analisamos a profundidade, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como também na Comissão de Finanças.

E se esses argumentos também não bastassem para que tivéssemos a total confiança em defender a aprovação desta emenda, posso argumentar também na questão da nossa atividade enquanto Deputados Estaduais, desta nobre atividade parlamentar, na condição de legisladores. Temos a função precípua de fiscalizar a execução do orçamento, além de legislar. A este nobre *referendum* que temos, a este poder que possuímos, estou neste momento invocando.

Ora! Não estamos tirando o poder do Governador, mas enquanto Deputados Estaduais, estamos levando a cabo toda a nossa real e eficaz ação, que é na verdade o exercício maior da nossa atividade, enquanto Parlamentares. O próprio artigo 13 estabelece que o Poder Legislativo...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Para restabelecermos a normalidade, quem encaminhou, regimentalmente, não pode presidir a Sessão.

Então, peço que se interrompa esta Sessão, baseado no Regimento Interno.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O mais velho assume, Sr. Presidente. E tem a presença do 3º Secretário, que é autoridade e é Vice-Presidente, que está aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nisto eu concordo em gênero, número e grau. Apenas estou me atendo ao Regimento Interno, por uma questão de respeito.

Obrigado, Deputado Anibelli.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente Geraldo Cartário, eu dizia, quando fui interrompido inclusive pelo Deputado Valdir Rossoni, que não se trata de diminuir o Poder do Governo do Estado se aprovarmos esta emenda. Pelo contrário, estaremos novamente tendo nosso poder enquanto legisladores, enquanto Deputados estaduais, de poder acompanhar a execução do orçamento de qualquer limite que exceda esses 2% por hora-atividade serão objeto de análise desta Casa, que tem a imensa maioria, tranqüila, folgada, do Governo do Estado. Mas, seria um erro desaprovarmos esta emenda na tarde de hoje.

O apelo que faço aqui aos nobres Deputados, é para que apelem às suas consciências e vejam que será muito mais benéfico para os próprios Deputados da Situação, se continuarmos tendo esse poder que foi conquistado em novembro do ano passado, quando estabelecemos este limite de 2% para o Projeto-Atividade para o remanejamento orçamentário.

Mais uma vez tenho que ficar aqui com um Deputado ponderado, com um Deputado preparado, que já foi Secretário de Governo e que tem o respeito de todos nós desta Casa, independente se é da Situação ou se é da Oposição: refiro-me ao parecer elaborado pelo Deputado Nelson Justus, que merece todo o nosso crédito, e é por isso que estamos encaminhando de forma favorável a esta emenda supressiva.

E aqui fico até com os argumentos do Deputado Valdir Rossoni: já tivemos a oportunidade de analisar e de votar contrariamente a um projeto que trata da mesma questão quando era Presidente, e é o atual titular desta Casa, Deputado Hermas Brandão.

Então, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, o nosso encaminhamento é para que a emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 116/06, seja aprovada na tarde de hoje. Temos a confiança, Deputado Elton Welter, V. Exa. participou inclusive da Comissão de Constituição e Justiça no momento em que foi relatado o parecer do nobre Deputado Nelson Justus, e ele foi peremptório em dizer: “Não há sentido aprovarmos como está propondo o Governo, substituindo o limite de 2% para o projeto-atividade porque dará muitos poderes ao Governo do Estado e diminuirá o tamanho do nosso trabalho aqui nesta Casa.”

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com toda tranqüilidade, e com a razão que está ao nosso lado neste momento, somos favoráveis à emenda supressiva e será o nosso valor na tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Barbosa Neto.

Com a palavra, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Rapidamente quero dizer a V. Exa. que encaminho contra a emenda porque, na verdade, limitar o orçamento

ao projeto-atividade é manetear absolutamente a possibilidade de realizações de obras não para o Governador, mas ao Estado do Paraná, principalmente num ano em que temos uma legislação eleitoral que limita prazos de contratos; acho que pelos paranaenses e pela possibilidade da execução de obras no nosso Estado, devemos votar da forma como o projeto original determinava, por isso quero me manifestar contra a emenda.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lembrei-me aqui da Nossa Senhora Desatadora de Nós. Ela tem milhares de devotos em todo mundo. E um desses devotos é o Governador Roberto Requião.

Todos se lembram que durante a campanha o Governador Roberto Requião assumiu um compromisso com o povo do Paraná de desatar todos os nós.

Só que alguns “nós” estão voltando. E mesmo os que não existiam começaram a existir. Começaram “nós” de vários tamanhos, tipos.

O Deputado Scarpellini me contou que diante de toda essa dificuldade em resolver os “nós”, e estamos diante de um nó aqui, que o Governador Roberto Requião tinha uma imagem de Nossa Senhora Desatadora de Nós. Um dia ele convidou o Padre Pedro, o Padre que comandou por muito tempo o Pequeno Cotelengo, e, diante do sucesso da sua boa administração, foi convidado para administrar o Asilo São Vicente. Gente boa o Padre Pedro, trabalhador, honrado.

Aí o Governador Roberto Requião, há um ano atrás, convidou o Padre Pedro para ir à Granja do Canguiri. Segundo o Deputado Scarpellini, o Governador entregou ao Padre a imagem de Nossa Senhora Desatadora de Nós pelo bem-querer que ele tem pelo Padre Pedro. Ele disse: “Padre Pedro, cuide dessa imagem, faça uma capelinha para ela. O Padre Pedro então levou a imagem.

Só que agora recentemente o Padre Pedro foi transferido para São Paulo para uma nova missão. Aí o Padre Pedro, segundo o Deputado Scarpellini, não sabia o que fazer com a imagem. Ele, tendo um amigo Desembargador, ligou e disse. “Desembargador, não quer me convidar para jantar hoje? E ele convidou o Padre Pedro. O Padre Pedro foi lá com a imagem e contou essa história que estou falando aqui, e deixou a imagem para o Desembargador e sua esposa para que o casal faça um capelinha e coloque a Nossa Senhora Desatadora de Nós.

Estamos diante de um nó, Sr. Presidente, porque esta matéria é uma matéria requentada e tudo que é requentado causa enjôo. Portanto, o meu voto é a favor da emenda. Até por causa de uma prerrogativa muito importante que temos aqui. Temos muitos ex-colegas da Assembléia que dizem: “por que não li o Regimento da Casa? Por que não li a Constituição do Estado? Eu não sabia que tinha tantas prerrogativas!” É uma prerrogativa que temos. Então, em cima dessa prerrogativa, em home-

nagem aos quarenta e nove mil votos que recebemos, representando esses quarenta e nove mil votos, voto a favor da emenda, Sr. Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para que o Estado continue sendo bem governado e para que ele possa disciplinar os recursos para favorecer a educação e a saúde do Estado, devemos votar contra essa emenda porque restringe a capacidade do Governo. É esse o meu voto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, estamos aqui encaminhando favoravelmente a esta emenda.

Vou trocar em miúdo até porque fui professor de matemática, Deputado Vanhoni, e vou ser um pouquinho didático. Só para vocês terem um idéia, escrevi em um papel: se nós não aprovarmos a nossa emenda, em determinadas situações, o Governador não precisará desta Casa para suplementar até dezoito milhões. Agora, eu pergunto: qual é a obra que custou dezoito milhões? Só mesmo a UEG ali, não é?

Estamos ficando um pouco insistentes, mas por que há a Assembléia Legislativa, Deputado Vanhoni? Para ser “vaquinha de presépio”? Para dizer sim?

Se dermos essa autorização para o Governador... Por isso que o Governador, às vezes, lá na “Escolinha do Professor Raimundo”, Deputado Barbosa, xinga os Deputados, xinga Deputado do PT, Deputado aliado, Deputado adversário. Até não tem me xingado muito e estou até triste com isso. Gostaria de ser xingado, de ter uma homenagem do Governador Requião, mas o Governador Requião nunca terá essa autorização.

Ele não é o senhor dos senhores; não é o imperador do Paraná; não é o rei do Paraná! Olhem o número, Deputado Dobrandino: 18.000.000. Quer dizer, é uma barbaridade de zeros! Aí, vamos autorizar. A “mumunha”, aquela do negócio do nepotismo, Deputado Vanhoni, que ele usava, vou usar o vocabulário do Governador, a “mumunha” do projeto do Governador está no seguinte: o Projeto-atividade.

Se fosse 2% do projeto-atividade, tudo bem. Seria um valor razoável, o Governador poderia, de repente estar fazendo uma escola. A escola custa 500 mil reais; ele tem só 450 mil, ele não pode pedir à Assembléia autorização. Ele tem que ter autonomia. Agora, estamos simplesmente, abdicando de um direito que temos. Porque de repente, o Governador com este poder, como ele simpatiza muito com este Líder da Oposição, pode até cometer um erro. Porque o Governador assina tanto que às vezes ele não lê. De repente, ele vai lá, retira 10 milhões de uma obra da minha região; ou tira 10 milhões da educação; ou

tira 10 milhões da saúde e nós nem ficamos sabendo, porque não estamos lendo o Diário Oficial.

Tenho certeza de uma coisa: o dia que não for mais Deputado e de repente a população está preparando a minha despedida, no dia 01 de outubro vamos ter eleição, e voto é uma coisa complicada. Agora, não tenho dúvida que vou para casa de consciência tranquila porque exerço a minha função na sua plenitude. Sou Deputado por excelência. Quando era Governo defendia as minhas posições com convicção porque tinha certeza do que estávamos fazendo. E agora, vi quanto errei.

Deputado Vanhoni, já tomou uma decisão na vida e V. Exa. tem muita experiência e o considero um dos bons Deputados desta Casa. Até, V. Exa. podia gravar isto porque é o Líder da Oposição falando de V. Exa. Considero-o um bom Deputado. Um ótimo Deputado.

Mas no Governo cometi erros. Nunca mais na minha vida quero ser Líder do Governo. Nunca mais! Por quê? Barbosa, quantas vezes fui naquele Palácio Iguazu, até o Palácio Iguazu está com aquelas marquises agora meio borradas, não sei o que houve. Acho que foi a candidatura do Osmar que borrou aquelas marquises. Está todo mundo preocupado.

Quantas vezes fui ao Palácio falar com o Governador. E o Vanhoni sabe que às vezes eu me excedo pelo meu instinto italiano. Anibelli, nós dois temos esse defeito. Exageramos.

Chegava lá no Governador - nunca esqueço uma vez ele mandou para esta Casa um desconto de 2% dos aposentados. Passei a mão no projeto, falei com o Deputado Anibal Khury, ele disse: Vá lá e dê uma peitada no Governador e deixe esse projeto lá. Eu já disse que não ia votar aquilo, levei lá e quando cheguei no Governador, aquele pessoal que fica "agarrado na teta do governo", meu Deus, temos que votar isso porque senão vai faltar dinheiro para isso, para aquilo.

Disse: Olha, se vocês querem votar, vão vocês.

E cometi erros absurdos.

Mas, hoje com a experiência que tenho, por isso que às vezes me preocupo ao ouvir as pessoas falando muito em renovação. Acho a renovação salutar. Vejo o jovem Curi aqui, um ótimo articulador, vai ser Presidente desta Casa, vai ter cinquenta anos de mandato. Porque é um menino que, quem não gosta do Deputado Curi aqui nesta Casa? Sou Líder da Oposição e é um dos grandes amigos que tenho aqui dentro. E ele, que fica me perturbando: Não encaminhe, pára de perturbar porque tenho que viajar.

Não, Deputado Curi. Reconheço que você tem condições de ser um grande Deputado desta Casa. Quando eu for avô, avô já sou, estamos todos apaixonados lá em casa pelo neto. Mas, uma coisa não temos que cometer: o erro. O erro que eu cometi não deveríamos mais cometer. Isso tem que servir de aprendizado.

Agora, no mês de julho encerra-se o convênio, acabou aquela folia de entregar carro, ambulância. Tem lugar que foi ambulância, um entregou no Palácio, outro tirou fotografia e outro foi lá no município entregar. Então, a

população não sabe mais qual é o Deputado. Nisso éramos mais organizados, porque eu era Líder do Governo e era por lealdade - o Deputado tinha tantas ambulâncias e ele ia entregar e o Governador nem queria. Não existia briga no nosso tempo, porque existia um comando.

Então, a minha preocupação é com os Deputados do Governo. Vocês estão dando tudo isso aqui para o Governador em uma canetada só. Quer dizer, se o Botto de Lacerda amanhecer azedo lá e resolver tirar uma obra da sua região, porque você de repente fez alguma coisa que não agradou ao Botto, ele faz uma suplementação e tira a obra da sua região e você nem vai saber, porque você não vai ler o Diário Oficial. Agora, se não dermos esse poder para o Governador, cada suplementação virá a esta Casa e aí vamos discutir. Podemos até sugerir ao Governo: não, Governador, não tire da saúde, mas tire daqui, porque o prejuízo é menor! Entende?

É isso que me deixa preocupado e é por essa razão que hoje o Poder Legislativo, se formos avaliar, ali na praça a nossa avaliação, o povo quer nos matar, ainda mais agora que pegaram mais cento e poucos vendendo ambulância por trezentos e cinquenta mil. Mais que barbaridade!

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Em Brasília.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Em Brasília. Aqui distribui ambulância, só que em três.

Mas, temos que entender que quando estou falando desses cem Deputados das ambulâncias, o povo não diferencia os Deputados de lá com os de cá; Até fico feliz, porque os Deputados Federais do Paraná, até o presente momento, apareceu aí o Borba, que teve que renunciar, mas até agora...

(Corte do som)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Da mesma forma que V. Exa. foi preciso ao cobrar o seu tempo, estou sendo preciso também. Sei que V. Exa. é disciplinado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu encerro. Não vou conseguir concluir o meu raciocínio, mas, Deputado Dobrandino, quando V. Exa. chegar em casa hoje e vir a sua esposa, sua família, lembre que estamos dando um cheque em branco ao Governador neste valor. Não estou fazendo aqui mal juízo, mas acho que teriam muito mais equilíbrio as suplementações...

(Corte do som)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada, Deputado Rossoni. Não posso dar um minuto, porque os outros não tiveram. Peço que V. Exa. compreenda!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Amém, então!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Rossoni!

Deputado Stica, para encaminhar contra.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, como o Deputado Valdir Rossoni não conseguiu terminar o seu raciocínio, eu também não fiquei convencido pela sua defesa.

Portanto, mantenho a minha posição de pedir o voto contra essa emenda, para que possamos ajudar o Governador a fazer com que os projetos que são bons para o Estado do Paraná tenham o apoio desta Casa.

Voto NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último Deputado a encaminhar a favor da emenda, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão parece-me muito clara e já disse isso no encaminhamento anterior. Ou nós vamos manter a prerrogativa da Assembléia de apreciar toda e qualquer matéria pertinente ao Orçamento, ou seja, ou vamos continuar apreciando todas as suplementações orçamentárias, como estamos fazendo ao longo deste ano, que são várias suplementações que já tramitaram pela Comissão de Constituição e Justiça, pela Comissão de Finanças e pela Comissão de Orçamento ou vamos fazer o que fizemos nos três anos anteriores: a Assembléia Legislativa, não discutiu, não apreciou, não votou nenhuma suplementação orçamentária. E, efetivamente, como Parlamentares que todos somos, temos uma decisão soberana: ou vamos continuar discutindo, votando e cumprindo aquilo que é prerrogativa da Assembléia e, portanto, dever de ofício nosso; ou vamos delegar essa função, Deputado Elio Rusch, à Secretaria do Planejamento e ao Governo do Estado do Paraná.

Eu, pessoalmente, entendo que não há óbice nenhum ao Executivo encaminhar Suplementação Orçamentária a esta Casa, é uma questão tranqüila, até porque nós todos, Deputados estaduais, independentemente de sermos Situação ou Oposição, temos muito boa vontade em relação ao Governo, estamos votando favoravelmente a todas as suplementações. O que tem acontecido, e o Deputado Marcos Isfer muito bem sabe disso, ao longo deste ano é que pelo menos a cada duas suplementações ou a cada quatro, 50% dessas suplementações trazem uma pequena pegadinha.

Já tivemos outro dia, em uma suplementação do Detran para o DER, uma pegadinha que a Comissão de Orçamento suprimiu que pretendia, efetivamente, possibilitar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná mexer e alterar o quadro de obras por decreto, sem que a Assembléia fosse ouvida. E aí tem razão o

Deputado Valdir Rossoni quando diz que as obras colocadas pelos Srs. Deputados no Orçamento, que é a lei que cada um de nós todos votamos, poderia o Governo ou o DER, ao seu bel-prazer, alterar a obra que contempla um município e passar para outro, dependendo da conveniência do Secretário dos Transportes. O que a Comissão de Orçamento fez? Suprimiu.

Estamos discutindo à exaustão essa Suplementação Orçamentária que altera o artigo 13 da Lei orçamentária, os incisos 2, 4, 5, 6 e 7, mas daqui a pouco - e já alerto, passou também na Comissão de Constituição e Justiça, está na Comissão de Finanças um outro projeto que pretende injetar 360 milhões de reais na Agência de Fomento, do Fundo de Desenvolvimento Econômico, no Tesouro do Estado, ficando desde já autorizado a abrir créditos adicionais. Quer dizer, são questões que vão sendo colocadas, que o Executivo vai pedindo e não implica necessariamente que tenhamos que autorizar previamente; poderemos fazer isso de uma maneira compassada. E fico um tanto quanto perplexo porque nós, Deputados de Oposição, exceto pelo exercício da função parlamentar de elaborar o orçamento, de discutir, de fiscalizar, não interessa.

Mas, como toda a certeza, aos Deputados da Base do Governo isso acaba sendo muito importante, porque a cada suplementação orçamentária do Governo, podem discutir, podem debater, podem exigir que o Governo encaminhe a suplementação orçamentária de uma maneira detalhada para saber até os municípios que estão sendo beneficiados, que estão sendo atingidos. Fica aqui, sem nenhuma paixão de cunho partidário ou emocional, só uma questão a ser resolvida e a ser dirimida: ou a Assembléia quer continuar discutindo o Orçamento, e efetivamente vota favoravelmente a essa emenda, Deputado Elio Rusch; ou a Assembléia, Deputado Marcos Isfer, não quer discutir matéria orçamentária. E se não quer discutir o Orçamento, não quer discutir Suplementação Orçamentária, não quer discutir LDO, não quer discutir Plano Plurianual, não quer discutir a Lei Orçamentária, e aí automaticamente, a alternativa é votar NÃO a esta emenda. Tenho para mim que os esclarecimentos que são feitos, não tenho a intenção de convencer ninguém, acho que aqui cada Parlamentar já está convicto do seu voto, da maneira que vai votar.

Srs. Deputados, encerro o meu pronunciamento só fazendo esse apelo: vamos manter as prerrogativas na Assembléia e tantas quantas forem as pequenas armadilhas que estejam contidas na Mensagem do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quero esclarecer, antes que o Deputado Anibelli faça uso da palavra - vamos proceder à votação, vai valer para efeito de quórum a chamada nominal já efetivada, porque estava no início do processo de votação. Portanto, são 39 Srs. Deputados que serão considerados como quórum, além daqueles que obviamente vierem a votar.

Com a palavra o Deputado Anibelli, para encaminhar.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, V. Exa. me poupou tempo e tempo dos companheiros Deputados, colegas aqui, que eu ia fazer este apelo a V. Exa. ao encaminharem votação.

Apenas, já que V. Exa. me poupou, estou solicitando aos Deputados que pertencem à Base do Governo, que já estão esclarecidos, que ouviram com atenção os nossos companheiros da Oposição, que fizeram o apelo, mas fazemos o mesmo apelo para que derrubemos a emenda, porque vamos dar ao Governador, nesses últimos dias que restam, a oportunidade de realizar tudo aquilo que imaginamos e conseguimos, junto com o orçamento elaborado por esta Casa, conseguimos apresentar como lei.

Então, agradeço a V. Exa. e digo que votarei contra a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. Deputados favoráveis à aprovação da emenda, permaneçam como estão.

Rejeitada a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Rejeitada a emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Então, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Chamada nominal já foi efetivada, Deputado Rossoni. Vamos fazer a verificação.

Vai se proceder à verificação de votação.

Atenção, Srs. Deputados, os que são favoráveis à emenda, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à contagem. Serão computados todos aqueles que constam da chamada nominal e mais ainda aqueles que encaminharam - serão contados como presentes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado Elio Rusch vota como, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pode contar como abstenção.

Solicito ao Deputado Nereu Moura que proceda à contagem. Seis Deputados favoráveis à emenda.

Deputados contrários à emenda, queiram levantar-se, por favor. Vinte e três Deputados.

Está rejeitada a emenda.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Quero agradecer o voto do Deputado Elio Rusch, na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito à Mesa que registre...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, não tem 23 votos a favor...

(**Tumulto e vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. acompanhou a votação. No momento que foi contado, tenho que confiar na palavra do 1º Secretário.

Está determinada...

(**Tumulto e vozes paralelas**)

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. está correto. O Deputado Elio Rusch, infelizmente, votou errado e pediu para que sentassem na primeira votação...

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não, senhor. Eu votei certo e o Stica sabe que eu votei certo e não tem 23 votos a favor...

(**Tumulto e vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, só um minutinho, por favor.

Deputado Nereu Moura, qual foi o resultado da votação?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Deu vinte e três a seis.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vinte e três a seis...

(**Tumulto e vozes paralelas**)

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Verificação de votação. Os Deputados têm que ficar em pé, Sr. Presidente, têm que ficar em pé...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço a compreensão dos Srs. Deputados. Já levamos esse assunto muito longe, tenho procurado ser imparcial, paciente...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu, é claro, jamais duvidaria da contagem dos votos e também não tenho no que duvidar do Deputado Elio Rusch e da nossa assessoria que também constatou que não é este o número de Deputados.

Gostaria que ficasse registrado o protesto das oposições alegando que não houve igualdade nas contagens, alguém está equivocado, provavelmente a assessoria das oposições porque a minoria é que perde a razão mas, gostaria que ficasse constado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rossoni, com todo respeito ao protesto de V. Exa. o Regimento é claríssimo; o 1º secretário procede à contagem, foi feita a inversão da votação e o resultado anunciado, mas acolho o protesto de V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. respondeu à Questão de Ordem da forma correta, a votação foi feita, o momento de pedir a recontagem foi ultrapassado. Vamos ficar aqui discutindo em cima do fato consumado?

Quero aproveitar a Questão de Ordem para parabenizar a forma democrática e segura que V. Exa. encaminhou essa votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. abriu mão de outras prerrogativas, inclusive regimentais. V. Exa. disse que o Plenário é soberano, que é democrático, então gostaria que V. Exa. restabelecesse essa contagem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Barbosa, quando a dúvida leva ao que eu fiz, que foi uma exceção, não há essa possibilidade.

Perdoe-me, Deputado Barbosa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação, diante do seu espírito de justiça, democrático que é, e vendo que está se levantando aqui uma suspeita sobre o Deputado Nereu Moura, não quero fazer nenhum tipo de julgamento, mas como essa Sessão é filmada, requeiro uma perícia na fita da Casa que está filmando para que possamos fazer essa constatação, através da filmagem que é feita aqui dentro.

Não podemos levar para a sepultura essa dúvida que vai se colocar sobre o honrado Deputado e 1º Secretário, Nereu Moura.

(Tumulto no Plenário)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quero apelar para o seu espírito de justiça. V. Exa. que pode ser o futuro Vice-Governador do Paraná, na coligação, não pode levar essa dúvida numa campanha eleitoral de uma suplementação orçamentária de dezoito milhões de reais...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Scarpellini, não há questão de ordem a decidir.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, mês de abril de 2006. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 747/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29/11/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 747/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, visa implementar a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná - PDU, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais.

Em sua justificativa aponta a necessidade de lei estadual para a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Ainda, à parte do teor do presente projeto de lei, o mesmo ainda visa substituir o Decreto Estadual nº 2.581, e 17 de fevereiro de 2004 que já regulamenta a matéria.

Fundamentação

O projeto de lei em questão versa sobre a Política de Desenvolvimento Urbano. A propositura vem ao encontro dos anseios do Estado do Paraná que somente dispõe sobre esta matéria por meio do Decreto nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004, que estabelece dentre outras coisas, em seu artigo 1º, alínea a, que “o Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais”.

Primeiramente cumpre esclarecer que como a matéria tratada no presente projeto é o Desenvolvimento Urbano, através de seu principal instrumento que são os planos diretores municipais, a competência para legislar sobre a matéria é concorrente à União, Estados e Distrito Federal, conforme disposto no artigo 24, I, da Constituição Federal, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.”

Ainda, a propositura em questão encontra-se amparada por legislação federal, pois, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 182, § 1º, sobre a obrigatoriedade da existência dos Planos Diretores, senão vejamos:

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana."

Também cumpre esclarecer que o presente projeto de lei apenas obriga aos Municípios a iniciarem seus Planos Diretores quando tiverem interesses em obter recursos financeiros advindos do Estado, por meio de convênios.

Na mesma esteira de raciocínio, a matéria tratada no presente projeto de lei encontra-se amparada pela Constituição Estadual, artigo 141, que dispõe:

"Art. 141 - A lei definirá o sistema, as diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual equilibrado, integrando-o ao planejamento nacional e a ela se incorporando e compatibilizando os planos regionais e municipais, atendendo: (...)."

Cumpre ainda esclarecer que o presente projeto de lei atribui ao Poder Executivo a competência para regular a lei que se visa instituir, motivo pelo qual não há que se alegar que a matéria tratada é privativa do Governador do Estado.

Conclusão

Isto posto, considerando não haverem óbices de natureza legal ou constitucional à matéria tratada no presente projeto, e ainda, considerando que o mesmo visa substituir o Decreto Estadual de nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei sob nº 747/05.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 747/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de iniciativa da Deputada Elza Correia, dispõe sobre a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná, os Planos de Desenvolvimento Regional e os Planos Diretores Municipais.

Voto do Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é incentivar a institucionalização da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado - PDU, bem como na criação de Conselhos Estadual e Regionais das cidades.

Esta lei estará suprimindo a necessidade de integração entre os municípios, afastando a política de tratamento das cidades como ilhas isoladas.

Com os Planos Diretores os municípios estarão se relacionando com a sua população nas fases do processo de desenvolvimento e criação do Plano Diretor "Conselhos Municipais".

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 747/05, de iniciativa da Deputada Elza Correia no que se refere à Comissão de Finanças

Sala das Comissões, em 03.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Existe um acordo dentro desta Casa de que quando o autor do projeto não se encontra presente o Presidente tem tomado a posição de que não deve ser analisado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está retirado o projeto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1096, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Retirado pelo Autora.**

Requerimentos nºs 1097, 1118 e 1121, de autoria da Deputada Cida Borgehtti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1099, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1100, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1101, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1102, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1103, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1104 e 1105, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1107 a 1114, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1116, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



DIÁRIO Nº 047**41ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	39
Presenças.....	39
Abertura da Sessão	39
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	41
Encerramento da Sessão	41
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos.....	41

DIÁRIO Nº 047**41ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezoito horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson,

Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: André Vargas, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (10); e em viagem representativa o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 754/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Goioerê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 754/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Goioerê o imóvel constituído pelos lotes de terras números 01 a 17, Quadra 114 da Planta Geral da Cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00 m2 (oito

mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), pertencentes à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, conforme matrícula nº 8.006, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, o qual ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 14.740, de 08 de junho de 2005.

Sala das Comissões, em 09.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 800/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 071/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a permuta do imóvel situado no município de Jaguapitã, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 800/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta do imóvel sob matrícula nº 6.499, do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, situado na avenida São Paulo esquina com a rua Amazonas, onde está localizada a Escola Municipal Professor Newton Guimarães, com área total de 6.390,18 m2, pelo imóvel municipal situado na avenida Manuel Ribas esquina com a rua Curitiba, com área total de 8.125,00 m2, onde está localizada a Escola Estadual Dr. Waldemiro Pedroso, sob matrícula nº 6.513, do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, ambos situados no Município de Jaguapitã.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão utilizados, tanto pelo município de Jaguapitã como pelo Estado, exclusivamente para o desenvolvimento do ensino, não permitida finalidade diversa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.05.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 801/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 072/05, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao município de Nova Londrina de imóvel urbano, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 801/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Nova Londrina, do imóvel constituído pela parte ideal dos lotes urbanos nºs 07 e 08, da quadra nº 17-A, naquela cidade, correspondendo a 91,20 m2, ou 7,6% da área total, conforme a transcrição nº 0516, do Livro 3, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Nova Londrina exclusivamente para o funcionamento do serviço público municipal, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta cessão tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.05.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar a reversão ao município de Irati, do imóvel localizado na Vila São João, situado no município de Irati, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 001/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao município de Irati, do imóvel constituído por terreno com área de 9.800,00 m2, na localidade denominada Vila São João, contendo edificação com cerca de

313,00 m2, na qual funcionou o Posto do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, sob matrícula nº 10.820, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Irati.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Irati, exclusivamente para atividades da administração pública municipal, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.05.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 155/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação Amigos da Universidade - Asmu, com sede e foro no município de Barracão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 159/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva e Recreativa Ouro e Prata, com sede e foro em Toledo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06)**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí - Auva, com sede e foro no município de Uraí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/06, de 11/04/06)**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 384/04; 198, 199 e 217/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626/05 e 181/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 379/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2907, datado de 17 de abril de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a ELDO GEVEZIER, matrícula nº 056, portador da carteira de identidade 01457505, e do CPF nº 185.953.409-00, com inscrição na OAB, Seção do Paraná, sob nº 16.481, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador 1ª Classe, nível NU-1 de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 11, da Resolução nº 52/89, combinado com o artigo 2º, parágrafos 2º e 3º, e artigo 3º, parágrafos 2º e 3º, da Lei Estadual de nº 8936/89, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução de nº 007/04, autorizada pela Lei nº 13.950/02, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adicionais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra citada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 46, da Coordenação de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 380/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3125, datado de 20 de abril de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 076, portador da carteira de identidade 501.216-3/SSP, e do

CPF nº 027.278.389-772, com inscrição na OAB, Seção do Paraná, sob nº 8182, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador 1ª Classe, nível NU-1 de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 11, da Resolução nº 52/89, combinado com o artigo 2º, parágrafos 2º e 3º, e artigo 3º, parágrafos 2º e 3º, da Lei Estadual de nº 8936/89, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução de nº 007/04, de 20.09.04, autorizada pela Lei nº 13.950/02, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, de 18.01.90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adicionais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra citada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 71, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 381/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3127, datado de 24 de abril de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a WILSON KAIEL, matrícula nº 436, portador da carteira de identidade 575.103.0, e do CPF nº 128.806.209.53, com inscrição na OAB, Seção do Paraná, sob nº 17786, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Procurador 1ª Classe, nível NU-1 de acordo com o artigo 35, parágrafo 1º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, e nos termos do artigo 11, da Resolução nº 52/89, combinado com o artigo 2º, parágrafos 2º e 3º, e artigo 3º, parágrafos 2º e 3º, da Lei Estadual de nº 8936/89, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, calculados conforme a Resolução de nº 007/04, DE 20.09.04, autorizada pela Lei nº 13.950/02, acrescidos de verba de representação fixada pelo artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 51/90, de 18.01.90, mais trinta e cinco por cento (35%) de adicionais por tempo de serviço referentes a sete (07) quinquênios, à razão de cinco por cento (5%) a cada cinco (05) anos, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º, da supra citada Lei Complementar, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 17, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

